

<b>1. REGÊNCIA LEGAL:</b> LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.	
<b>2. ÓRGÃO INTERESSADO:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
<b>3. MODALIDADE/FORMA/Nº DE ORDEM:</b> PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026	<b>4. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b> 016/2026
<b>5. TIPO DE LICITAÇÃO</b> MENOR PREÇO	<b>6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:</b> <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> SIM
<b>7. FORMA DO FORNECIMENTO</b> PARCELADO	
<b>8. RESERVA DE QUOTA ME/EPP:</b> NÃO	<b>9. EXCLUSIVA ME/EPP:</b> NÃO
<b>10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b> MENOR PREÇO POR LOTE	
<b>11. OBJETO</b> REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO HOSPITALAR, SOLUÇÕES E DESCARTÁVEIS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	
<b>12. PERÍODO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:</b> <b>DATA:</b> 08/06/2026 ATÉ 19/06/2026, ÀS 10H <b>ENDEREÇO ELETRÔNICO:</b> <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>	
<b>13. ABERTURA DAS PROPOSTAS:</b> <b>DATA:</b> 19/06/2026 - HORÁRIO: 10H	<b>14. INÍCIO DA DISPUTA:</b> <b>DATA:</b> 19/06/2026 - HORÁRIO: 10H
<b>15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b> CONFORME SOLICITAÇÃO DE DEMANDA	
<b>16. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:</b> 12 (DOZE) MESES	
<b>17. LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL:</b> AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS AO PERFEITO CONHECIMENTO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO SERÃO PRESTADOS PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, PREFERENCIALMENTE PELO <i>E-MAIL</i> <a href="mailto:licitacuraca@gmail.com">licitacuraca@gmail.com</a> OU PESSOALMENTE NO SETOR DE LICITAÇÕES, DIARIAMENTE, DAS 08H00MIN ÀS 12H00MIN, SITUADO NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ, SITO À PRAÇA BOM JESUS DA BOA MORTE, N 311, CENTRO, CURAÇÁ/BA. PEDIDOS DE <b>ESCLARECIMENTO OU IMPUGNAÇÕES</b> REFERENTES A CLÁUSULAS ESPECÍFICAS DESTES EDITAIS DEVERÃO SER REALIZADOS EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA LICITANET, PARA CONHECIMENTO DOS DEMAIS LICITANTES.	
<b>PREGOEIRO RESPONSÁVEL:</b>  <div>Rômulo Clésio Alves da Silva Pregoeiro</div>	

## PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CURAÇÁ**, por intermédio da Comissão de Contratação, designado pelo Decreto Municipal, publicado no Diário Oficial do Município, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO HOSPITALAR, SOLUÇÕES E DESCARTÁVEIS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações constantes neste Edital e Anexos.

### 18. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

**18.1.** O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

**18.2.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominado **PREGOEIRO**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema constante no sítio eletrônico “[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)”.

**Contatos LICITANET: Fones: (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) / (34) 3014-6633 / 3236-7571 / Whatsapp (34) 3014-6633 / E-mails: [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br) e [financeiro@licitanet.com.br](mailto:financeiro@licitanet.com.br). Horário de funcionamento Licitanet: de segunda a sexta, das 08:30 às 18:00hs (não há expediente aos sábados e domingos).**

### 19. OBJETO:

**19.1.** Constitui objeto da presente licitação **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO HOSPITALAR, SOLUÇÕES E DESCARTÁVEIS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal, nas especificações e quantidades constantes no **ANEXO I** deste edital.

**19.2.** A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do **ANEXO I**.

**19.3.** O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

19.4. Não serão aceitos produtos que estiverem acima do valor de referência desta licitação.

19.5. A disputa dos lances se dará pelo **VALOR UNITÁRIO DO LOTE**.

19.6. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal Licitanet e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

## 20. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

20.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

20.2. A participação na presente licitação implica aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste edital, dos seus Anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes;

20.3. A participação no **PREGÃO ELETRÔNICO** se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido.

**Obs.:** a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <https://licitanet.com.br/>, opção “Login”.

20.4. Como requisito para a participação no **PREGÃO ELETRÔNICO**, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

20.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, **ANEXO V**, sujeitará o Licitante às sanções previstas em lei.

20.6. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**:

a) Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

b) Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

c) Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Curaçá, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

d) As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

e) O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.

**f)** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**g)** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Curaçá/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**h)** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**20.7.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

**20.8.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

**20.9.** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

**a)** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**d)** Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;

**e)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**f)** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, haja vista que o presente certame tem como objeto produtos/serviços cuja complexidade e dimensão não justificam a atuação de consórcio, sendo compatível com a execução individual, e ainda com vistas a viabilizar maior competitividade e evitar formação de conluios;

**g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**h)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente

em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

i) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Município de Curaçá, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

k) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

l) Agente (s) público (s) do Município de Curaçá, estendida a proibição a terceiro (s) que auxilie (m) a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**20.10.** Será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**20.11.** A licitação terá participação dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, **EXCLUSIVAMENTE** dos que se enquadrem na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Micro Empreendedor Individual – MEI, nos termos da LC 123/2006.

**20.12.** As empresas enquadradas na situação de ME e EPP deverão apresentar a declaração constante do **ANEXO VI** deste edital.

**20.13.** A comprovação de que trata o subitem **21.8**, quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;

b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal;

**20.14.** Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

## **21. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITANET.COM.BR:**

**21.1.** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site <https://licitanet.com.br/>.

**21.2.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível.

**21.3.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia



do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**21.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**21.5.** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e empresa de pequeno porte.

**21.6.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**21.7.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao **PREGÃO ELETRÔNICO**.

**21.8.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso.

## **22. IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:**

**22.1.** Qualquer interessado poderá solicitar da Comissão de Contratação esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

**22.2.** Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;**

**22.3.** As petições de impugnação e os esclarecimentos deverão ser encaminhados por meio eletrônico, via internet em campo próprio, para o endereço <https://licitanet.com.br/>.

**22.4.** Não serão conhecidas as impugnações ou esclarecimentos interpostos através de e-mail ou por outro meio que não seja através do sistema <https://licitanet.com.br/>.

**22.5.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

**22.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **PREGOEIRO**, nos autos do processo de licitação.

**22.7.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o **PREGOEIRO** requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

22.8. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observados os prazos do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **23. DO ENVIO DE PROPOSTA ELETRÔNICA, DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES:**

23.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema <https://licitanet.com.br/>, proposta com a **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**, incluindo **QUANTIDADE**, **PREÇO** e a **MARCA** (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), **vedada a identificação do titular da proposta**, até o horário limite estabelecido no item 12 deste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

23.2. Em caso de identificação do titular da proposta registrada, esta será **DESCCLASSIFICADA pelo PREGOEIRO**.

23.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

23.4. O Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO II (**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**), prevalecerão às últimas.

23.5. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

23.6. Até a abertura das propostas, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inseridos no sistema;

23.7. O envio dos documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos neste Edital, será solicitado do(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do **PREGOEIRO** e ocorrerá por meio de chave de acesso e senha da licitante.

23.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

23.9. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **24. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

24.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total global;
- b) Marca;
- c) Modelo;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**24.2. A PROPOSTA INICIAL DEVERÁ SER PREENCHIDA CONFORME O ANEXO II (MODELO DE PROPOSTA) DO EDITAL**

**24.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a **CONTRATADA**.

**24.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou prestação de serviço.

**24.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**24.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**25. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS:**

**25.1.** No horário estabelecido neste Edital, o **PREGOEIRO** abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas **NO ITEM 23.1 DO EDITAL**.

**24.1.1.** O **PREGOEIRO** poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), **DESCCLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**25.2.** Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o **PREGOEIRO** obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCCLASSIFICARÁ**.

**25.3.** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

**25.4.** Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site.

<https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

- a) Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- b) O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- c) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser pré estabelecidos pelo **PREGOEIRO** via sistema.
- d) O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**25.5.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- b) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- c) Poderá o **PREGOEIRO**, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

**25.6.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o **PREGOEIRO**, poderá convocar no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS** automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

**25.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

- a) Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**25.8.** Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o **PREGOEIRO** poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

**25.9.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

**25.10.** No caso de desconexão com o **PREGOEIRO**, no decorrer da etapa competitiva do **PREGÃO ELETRÔNICO**, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

**25.11.** O **PREGOEIRO**, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

**25.12.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o **PREGOEIRO** persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo **PREGOEIRO** aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br>.

**25.13.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

**25.14.** A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

**25.15.** Em relação a itens **NÃO** exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

**25.16.** Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

**25.17.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**25.18.** Caso a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**25.19.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**25.20.** Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**25.21.** O disposto no **Item 25.16** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

**25.22.** Havendo eventual empate em igualdade de condições, como critério de desempate, serão aplicados os seguintes critérios:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**25.23.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**25.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **PREGOEIRO** deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**25.25.** O **PREGOEIRO** solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**25.26.** **A proposta do licitante classificado em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado deverá ser encaminhada, no prazo de 02 (duas) horas no próprio sistema, a contar da solicitação do PREGOEIRO e deverá:**

- a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento
- c) Os lances que ofertarem valores inferiores a 70% do orçado, ou seja um desconto superior a 30%, deveram apresentar composição de custo para os itens ofertados.

**25.27.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à **CONTRATADA**, se for o caso.

**25.28.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a **CONTRATADA**.

**25.29.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e, sempre que possível, por extenso.

**25.30.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**25.31.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**25.32.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**26. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

**26.1.** Encerrada a etapa de negociação, o **PREGOEIRO** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**26.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**26.3.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**26.4.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**26.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**26.6.** O **PREGOEIRO** poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**26.7.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo **PREGOEIRO** por solicitação escrita e justificada do Licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo **PREGOEIRO**.

**26.8.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **PREGOEIRO**, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo **PREGOEIRO**, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**26.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **PREGOEIRO** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**26.10.** Havendo necessidade, o **PREGOEIRO** suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**26.11.** O **PREGOEIRO** poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**26.12.** Também nas hipóteses em que o **PREGOEIRO** não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**26.13.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**26.14.** Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o **PREGOEIRO** passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**26.15.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o **PREGOEIRO** solicitará ao licitante melhor classificado em cada lote o envio da documentação de **HABILITAÇÃO** do licitante, no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do **PREGOEIRO** observado o disposto neste Edital.

## **27. DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS:**

**27.1.** No caso de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou equiparados, será observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus Arts. 42 a 49.

**27.2.** O enquadramento como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

**27.3.** O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

**27.4.** A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

**27.5.** Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como mi Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (art. 12, § 2º do Decreto nº 8.538/2015).

**27.6.** Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada ao **PREGOEIRO** até a data e horário marcados para abertura da sessão.

**27.7.** A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

**27.8.** A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO** só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

## **28. RECURSOS ADMINISTRATIVOS ACERCA DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**28.1.** Realizado o aceite da proposta da licitante melhor qualificada, será concedido o prazo de no máximo 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer acerca das propostas de preço apresentadas, em campo próprio do sistema.



**28.2.** A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**28.3.** Havendo quem se manifeste, essa manifestação não suspende o certame, o **PREGOEIRO**, seguirá para a fase de habilitação, após a análise da documentação de habilitação será aberta novamente para licitantes manifestarem intenção de recurso acerca da habilitação das empresas habilitadas e inhabilitadas, após essa fase será concedido o prazo para as licitantes enviarem suas razões e contrarrazões recursais, referente a proposta e a habilitação.

**28.4.** O recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**28.5.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**28.6.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **28. DA HABILITAÇÃO:**

**28.1.** A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar nos itens licitados, terá o prazo de 02 (duas) horas a partir da solicitação do **PREGOEIRO**, para enviarem a documentação de habilitação.

**28.2.** O **PREGOEIRO** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, caso a licitante não envie a documentação constante neste item no prazo determinado a mesma será declarada inhabilitada.

### **28.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a) REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da empresa licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

**b)** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br.](http://www.portaldoempreendedor.gov.br;);

**c)** No caso de sociedade empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da empresa licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

**e)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

- f) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- g) Documento de identificação ou outro equivalente do sócio administrador da empresa, devidamente autenticado.

#### **28.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal (conjunta com a Dívida ativa da União e INSS), estadual e Municipal da sede da licitante;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;
- d) Prova de regularidade com a Justiça Trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em conformidade com a Lei Federal nº 12.440/2011;
- e) Caso se tratar de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a licitante deverá apresentar Certidão Simplificada ou Registro do enquadramento em Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, devidamente autenticado pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais;
- f) Não terá direito aos privilégios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que não comprovar essa condição;
- g) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**27.3.1.** Para efeito da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 30 (trinta) dias entre a data de sua expedição e a data da realização da licitação.

#### **28.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida na data da entrega das propostas e de início da abertura dos envelopes. Caso o documento não consigne prazo de validade, será considerada válida a certidão com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação;
  - a.1)** Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário

numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial e Certidão de Regularidade Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade em nome do contabilista responsável pela confecção do documento, ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.

**b.1)** Entende-se por “último exercício social já exigível” aquele para o qual já se esgotou o prazo para apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado para a Receita Federal.

**b.2)** Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**b.2.2)** Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial;
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**b.2.3)** Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**b.2.4)** Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 – Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**b.2.5)** Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**b.3)** O balanço referente ao último exercício encerrado deve estar acompanhado da publicação em Diário Oficial deste quando se tratar de Sociedade Anônima.

**b.4)** Os valores financeiros acima referidos poderão ser atualizados para a data da licitação pelo índice oficial (IGP-DI), devendo, neste caso ser apresentada a respectiva memória de cálculo.

**b.5)** Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Prefeitura Municipal de Curaçá se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes.

**b.6)** Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos de qualificação econômico-financeira serão limitados ao último exercício.

**c)** A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita utilizando-se do seguinte índice, que deverá vir calculado em documento anexo ao Balanço Patrimonial, subscrito por profissional habilitado, aplicando-se a fórmula abaixo:

**I)** Índice de Liquidez Geral (ILG) maior ou igual a 1,00, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

**II)** ILC = Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,00, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

**III)** SG = Solvência Geral maior ou igual a 1,00, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{SG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

**Onde:**

**PC = PASSIVO CIRCULANTE**

**RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

**ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

**AC = ATIVO CIRCULANTE**

**AT = ATIVO TOTAL.**

**d)** Comprovação de capital social mínimo de 10% do valor estimado da contratação, como dado objetivo para qualificação econômico-financeiro, referente ao **ÚLTIMO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

**e)** O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

## 28.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (neste último caso obrigatoriamente com firma reconhecida ou acompanhada do documento de identificação do signatário, para fins de comparação da assinatura), comprovando aptidão do licitante para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação;

## 28.7. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- a) Declaração de Elaboração Independente de Proposta (**ANEXO III**);
- b) Declaração referente à habilitação – pleno conhecimento, conforme (**ANEXO VI**);
- c) Declaração para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**ANEXO VII**);
- d) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de cumprimento do disposto no Inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme (**ANEXO VIII**);
- e) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos Supervenientes, conforme (**ANEXO IX**);
- f) Declaração de Dados do Representante Legal para Assinatura da Ata e/ou Contrato conforme (**ANEXO X**);
- g) Alvará de Funcionamento, expedido pela Prefeitura da sede do Licitante, em plena validade;
- h) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- i) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- j) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitidos no Portal da Transparência do Governo Federal (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- k) Extratos de consultas emitidos no *site* do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia ([www.tcm.ba.gov.br/impedidos-de-contratar/](http://www.tcm.ba.gov.br/impedidos-de-contratar/)), caso a licitante não tenha sede no estado da Bahia, deverá apresentar documento equivalente do tribunal de contas de seu estado ou município.
- l) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “i”, “j” e “l” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

28.8. A consulta aos cadastros deverá ser realizada em nome da **EMPRESA LICITANTE** e também de eventual **MATRIZ OU FILIAL** (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu **SÓCIO MAJORITÁRIO** (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

## 29. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

29.1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio dos



documentos anexados no sistema <https://licitanet.com.br>, em

**29.2.** relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação técnica e qualificação econômica financeira, conforme exigências constantes no Edital.

**28.1.1.** É dever do licitante atualizar previamente a documentação constante no sistema <https://licitanet.com.br> para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**28.1.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**28.1.3.** O descumprimento dos subitens acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo **PREGOEIRO** lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s), conforme Lei 14.133/21.

**28.2.** A verificação pelo **PREGOEIRO** ou equipe de apoio, nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, conforme Lei 14.133/21.

**28.3.** A fim de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **PREGOEIRO** poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**28.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**28.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**28.6.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**28.7.** Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não - digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**28.8.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**28.9. OS DOCUMENTOS DEVERÃO, PREFERENCIALMENTE, SER APRESENTADOS ORDENADAMENTE, NUMERADOS SEQUENCIALMENTE POR LOTE DA HABILITAÇÃO, DE MODO A FACILITAR SUA ANÁLISE.**

**28.10.** A apresentação de declaração falsa pelo licitante acarretará a aplicação da penalidade prevista neste edital.

**28.11.** Se a matriz participar da licitação, todos os documentos devem ser apresentados em seu nome e de acordo

com o seu CNPJ. Se a filial participar da licitação, todos os documentos devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. (Exceto aquelas certidões expedidas em nome da matriz que são válidas para as filiais)

**28.12.** Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da filial da empresa licitante.

**28.13.** Os documentos solicitados a título de habilitação deverão estar autenticados em cartório, por servidor da COPEL ou com assinatura digital e QR CODE (autenticação digital como QR CODE devem ser do próprio documento).

**28.14.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que comprovar a sua condição para o caso, na fase de credenciamento, e, que for declarado o vencedor do certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, visando a sua habilitação no certame.

**28.14.1.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

**28.15.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **PREGOEIRO** suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**28.16.** Nos itens não exclusivos a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**28.17.** Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, ou na hipótese de exercício da prerrogativa de efetuar o lance de desempate previsto Lei Complementar nº 123/2006, o **PREGOEIRO** poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.

**28.18.** Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o **PREGOEIRO** indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, § 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

**28.19.** O licitante provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**28.20.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado

vencedor.

**28.21.** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o **PREGOEIRO** poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos ou de outras propostas, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação ou de desclassificação.

## **29. RECURSOS ADMINISTRATIVOS ACERCA DAS HABILITAÇÕES**

**29.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada, será concedido o prazo de no máximo 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema acerca das habilitações.

**29.2.** A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**29.3.** Havendo quem se manifeste, caberá ao **PREGOEIRO** verificar a tempestividade.

**29.4.** O recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**29.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**29.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**29.7.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**29.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **30. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**30.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**30.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**30.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**30.1.3.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**30.1.4.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

### **31. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:**

**31.1.** Para julgamento, será adotado o critério **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

**31.2.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou, ainda, se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o **PREGOEIRO** examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**31.3.** O **PREGOEIRO** poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**31.4.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto contratado.

**31.5.** Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entendendo-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP que sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

**31.6.** Para efeito do disposto no subitem **31.5.** deste edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á, da seguinte forma:

**a)** A Microempresas e Empresas de Pequeno Porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

**b)** Não ocorrendo interesse da Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem **31.5.** deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

**31.7.** Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº. 123/2006, o desempate será decidido mediante sorteio entre elas em sessão pública, a ser designada pelo **PREGOEIRO**, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**31.8.** Não havendo Microempresas e Empresas de Pequeno Porte classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº. 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada.

### **32. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**32.1.** A adjudicação do objeto do presente certame é de responsabilidade da autoridade competente sempre que não houver recurso.

**32.2.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

**33. TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**33.1.** Após a homologação do resultado da licitação e a adjudicação do objeto pela autoridade competente, nos termos dos arts. 71 e 90 da Lei nº 14.133/2021, será formalizado o registro de preços mediante a celebração da Ata de Registro de Preços, a ser firmada entre a licitante vencedora e a Administração Municipal.

**33.2.** A Ata de Registro de Preços tem por finalidade o registro formal dos preços, condições e fornecedores habilitados, visando subsidiar o acompanhamento e o controle dos valores registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

**33.3.** A licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, observado o disposto no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**33.4.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal do licitante convocado, desde que:

- a) A solicitação seja apresentada dentro do prazo originalmente fixado e devidamente justificada; e
- b) A justificativa seja aceita pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**33.5.** É facultado à Administração, nos termos do art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido ou de sua manutenção em situação irregular, convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para, após eventual negociação, firmar a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado, ou revogar a licitação, desde que previamente verificada a habilitação do licitante convocado.

**33.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, não obrigando, contudo, a Administração à contratação, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, nos termos do art. 21 do Decreto nº 11.462/2023 e da Lei nº 14.133/2021.

**33.7.** A Ata de Registro de Preços não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da Administração, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.



**33.8.** Quando a licitante vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, constituída na forma da Lei Complementar nº 123/2006, a regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida como condição para a contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, assegurado o prazo para regularização na forma da legislação aplicável, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006.

**33.9.** Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado exclusivamente da convocação formal para a contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão das respectivas certidões, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

**33.9.1.** A assinatura da Ata de Registro de Preços constitui ajuste preliminar e não se confunde com a contratação, a qual somente se aperfeiçoa com a formalização do instrumento contratual, da nota de empenho ou de outro instrumento equivalente, ocasião em que deverá estar plenamente comprovada a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor.

**33.10.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à formalização da contratação específica decorrente da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, facultando-se à Administração, observado o interesse público, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o certame.

#### **34. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS, DA PRORROGAÇÃO DA ATA, DA RENOVAÇÃO DE SALDO E DOS ADITIVOS DE CONTRATOS ORIUNDO DAS ATAS:**

**34.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o entendimento do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia de que a vigência da Ata constitui limite temporal para a utilização dos preços registrados.

**34.2.** A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, por igual período, desde que, previamente à prorrogação, a Administração:

- a)** Comprove, de forma motivada, a vantajosidade econômica dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado atualizada;
- b)** Demonstre a persistência do interesse público na manutenção do registro; e
- c)** Observe os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento, conforme reiterados entendimentos do TCU e do TCM-BA.39.2.1.

**34.2.1.** A prorrogação da Ata não implicará alteração dos quantitativos originalmente registrados, sendo vedada a ampliação do objeto ou do volume registrado sem a observância de novo procedimento licitatório.

**34.3.** A renovação de saldo dos quantitativos registrados somente será admitida quando:

- a) Ocorrer a prorrogação formal da vigência da Ata de Registro de Preços;
- b) Os quantitativos renovados estejam limitados aos valores máximos originalmente registrados; e
- c) Reste comprovada, de forma expressa, prévia e devidamente motivada, a vantagem econômica da manutenção dos preços registrados, mediante a realização de pesquisa de mercado atualizada e formalmente documentada, que demonstre a compatibilidade dos valores com aqueles praticados no mercado no momento da prorrogação, em observância aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, vedada a prorrogação automática da Ata de Registro de Preços ou a utilização indiscriminada de saldos remanescentes sem a correspondente justificativa técnica e econômica, em consonância com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e com o entendimento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.”

**34.4.** A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a contratar, caracterizando-se o Registro de Preços como instrumento de planejamento e gestão, facultada à Administração a realização de contratação específica ou a não utilização da Ata, desde que haja motivação formal, em conformidade com o entendimento pacífico do TCU, do TCM-BA e com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

**34.5.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverão ocorrer exclusivamente durante a sua vigência, sendo vedada a emissão de contratos, ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes após o término de sua validade, conforme orientação reiterada dos órgãos de controle externo.

**34.6.** A prorrogação da Ata de Registro de Preços e a eventual renovação de saldo não afastam a necessidade de verificação da regularidade fiscal, trabalhista e das demais condições de habilitação do fornecedor registrado, no momento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência do TCU.

**34.7.** Os contratos administrativos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser aditados quantitativamente, nas mesmas condições pactuadas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- a) A alteração seja devidamente justificada quanto à necessidade superveniente;
- b) A alteração seja devidamente justificada quanto à necessidade superveniente;
- c) Haja prévia disponibilidade orçamentária; e
- d) Sejam preservadas as condições originais da contratação, especialmente quanto ao equilíbrio econômico-financeiro.

**34.7.1** O acréscimo quantitativo previsto no caput não se confunde com a utilização de saldo remanescente da Ata de Registro de Preços, devendo cada contratação ou aditivo ser precedido de motivação específica.

**34.7.2** É vedado o fracionamento indevido de aditivos com a finalidade de ultrapassar o limite legal previsto no

art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

### **35. DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**35.1.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços permanecerão fixos durante a vigência inicial, sendo vedado o reajuste antes de decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado na forma do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

**35.2.** É assegurada a revisão dos preços registrados, a qualquer tempo, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos dos arts. 124, II, “d”, e 134 da Lei nº 14.133/2021, observada a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

### **36. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**36.1.** O Registro de Preços poderá ser cancelado, total ou parcialmente, por ato administrativo formal e devidamente motivado, observados o contraditório e a ampla defesa, com fundamento nos princípios da autotutela administrativa e nas disposições da Lei nº 14.133/2021 relativas à inexecução contratual e à aplicação de sanções, bem como na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, quando:

#### **36.1.1. O fornecedor:**

- a)** Descumprir as condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro de Preços ou em seus anexos;
- b)** Recusar-se, injustificadamente, a firmar o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços ou a retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;
- c)** Der causa à inexecução total ou parcial dos contratos firmados com fundamento na Ata de Registro de Preços;
- d)** Tiver os preços registrados tornados manifestamente inexequíveis, excessivos ou incompatíveis com os praticados no mercado, devidamente comprovado mediante pesquisa de mercado atualizada e decisão administrativa motivada.

**36.1.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por iniciativa do fornecedor, mediante solicitação formal e devidamente fundamentada, quando comprovada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou de consequências incalculáveis que inviabilize o cumprimento das obrigações assumidas, observado que:

- a)** solicitação deverá ser apresentada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo situações excepcionais devidamente justificadas;
- b)** O deferimento do pedido não afasta a apuração de eventuais responsabilidades nem a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**36.1.3.** O cancelamento do Registro de Preços não prejudica a execução dos contratos já formalizados, nem afasta

a possibilidade de responsabilização do fornecedor por fatos ocorridos durante a vigência da Ata.

### **37. INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

**37.1.** Após a homologação da licitação e observada a conveniência administrativa, a contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de Termo de Contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**37.2.** A Ata de Registro de Preços terá vigência pelo prazo estabelecido em item próprio deste Edital, não se confundindo com a vigência dos contratos dela decorrentes, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

**37.3.** Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados sucessivamente, desde que:

- a) O objeto contratual seja caracterizado como fornecimento contínuo ou serviço contínuo;
- b) Reste comprovada, de forma expressa, a vantajosidade econômica da prorrogação; e
- c) Sejam mantidas as condições originalmente pactuadas, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**37.1.2.** Observados os requisitos legais, a vigência total dos contratos decorrentes da Ata poderá alcançar o limite máximo de **10 (dez) anos**, desde que devidamente motivada pela Administração.

**37.1.3.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**37.4.** O adjudicatário será convocado para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito à contratação.

**37.5.** O prazo para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação formal do adjudicatário apresentada dentro do prazo originalmente fixado, acompanhada de justificativa devidamente motivada, aceita pela autoridade competente, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**37.6.** O não atendimento do prazo estabelecido no subitem anterior ou a recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente configurará infração administrativa, sujeitando-a à aplicação das sanções previstas neste Edital e nos arts. 90, 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **38. DO PAGAMENTO:**

**38.1.** O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da execução do objeto, após a regular liquidação da despesa, nos termos dos arts. 141 e 144 da Lei nº 14.133/2021, mediante ordem bancária para crédito em conta corrente de titularidade da contratada.

**38.1.1.** O pagamento será realizado exclusivamente na forma prevista neste Edital e no respectivo instrumento contratual, sendo vedada a adoção de meios de cobrança incompatíveis com o regime jurídico-administrativo, tais como emissão de boletos bancários, protesto de títulos ou outras formas não autorizadas pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**38.2.** Previamente ao pagamento, a Administração realizará consulta aos cadastros pertinentes para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, para fins de acompanhamento do cumprimento das obrigações legais.

**38.2.1.** Constatada irregularidade na situação fiscal ou trabalhista do contratado, o pagamento ficará suspenso até a sua regularização, sem prejuízo da instauração de processo administrativo para apuração de eventual inadimplemento contratual, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

a) Quando o contratado for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo previsto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, contado da convocação para a contratação ou do momento previsto no edital, conforme o caso.

**38.3.** Na hipótese de erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda de circunstância que impeça a correta liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA promova as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se o prazo para pagamento a partir da data da regularização, sem ônus adicional para a Administração.

**38.4.** A Administração poderá deduzir, dos valores devidos nos contratos administrativos decorrentes da Ata de Registro de Preços, os montantes correspondentes a multas, indenizações ou outros débitos imputados à CONTRATADA, inclusive aqueles originados do descumprimento das obrigações assumidas na própria Ata de Registro de Preços, desde que regularmente apurados em processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**38.5.** Qualquer desconto ou retenção no pagamento será precedido de processo administrativo, no qual serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

**38.6.** A cessão ou transferência de direitos ou créditos decorrentes do contrato somente poderá ser admitida em caráter excepcional, mediante prévia e expressa anuência da Administração, desde que não altere as condições pactuadas, não comprometa a regular execução do objeto, nem afaste as responsabilidades do contratado, observadas as disposições dos arts. 286 a 298 do Código Civil, bem como a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.



**38.7.** Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será acrescido de compensação financeira, calculada desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, observados os princípios do equilíbrio econômico-financeiro, da boa-fé objetiva e da vedação ao enriquecimento sem causa, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

**38.7.1.** Os encargos moratórios serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**I** = Índice de compensação financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros anual;

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

## **39. DA ANTICORRUPÇÃO:**

**39.1.** Os licitantes e, posteriormente, a CONTRATADA deverão observar e fazer observar, por seus empregados, representantes, prepostos, fornecedores e subcontratados, quando admitida a subcontratação, os mais elevados padrões de ética, integridade, legalidade e probidade administrativa, durante todas as fases do procedimento licitatório, da contratação e da execução contratual, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas aplicáveis.

**39.2.** Para os fins deste Edital, consideram-se vedadas, dentre outras, as seguintes práticas:

**39.2.1. Prática corrupta:** oferecer, prometer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, vantagem indevida, de qualquer natureza, com o objetivo de influenciar ato de agente público ou de terceiro a ele relacionado, no procedimento licitatório ou na execução contratual;

**39.2.2. Prática fraudulenta:** falsificar, omitir ou distorcer fatos, informações ou documentos, com o objetivo de influenciar o procedimento licitatório, o julgamento das propostas, a habilitação ou a execução do contrato;

**39.2.3. Prática colusiva:** ajustar, combinar ou articular, de forma expressa ou tácita, acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento da Administração Pública, visando frustrar o caráter competitivo

do certame ou estabelecer condições artificiais de competição;

**39.2.4. Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano, direto ou indireto, a pessoas ou bens, com o objetivo de influenciar a participação em procedimento licitatório ou a execução contratual;

**39.2.5. Prática obstrutiva:**

- a) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou documentos, ou prestar declarações falsas, com o objetivo de impedir, dificultar ou fraudar atividades de investigação, auditoria ou fiscalização;
- b) Interferir ou tentar impedir o exercício regular das competências dos órgãos de controle, interno ou externo.

**39.3.** A constatação de qualquer das práticas previstas neste item sujeitará o licitante ou a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, bem como da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013, quando for o caso.

**39.4.** Quando a contratação for financiada, no todo ou em parte, por recursos provenientes de organismos financeiros nacionais ou internacionais, serão observadas, adicionalmente, as normas de integridade e de combate à corrupção exigidas pelo respectivo financiador, desde que expressamente previstas no instrumento convocatório ou no contrato.

**39.5.** Nessas hipóteses, o contratado deverá autorizar o acesso dos órgãos de controle e, quando aplicável, do organismo financiador, ou de pessoas por ele formalmente indicadas, aos locais de execução contratual e à documentação pertinente à licitação e à execução do contrato, observadas as normas legais de sigilo e proteção de dados.

**39.6.** Nos termos do art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida a implementação ou comprovação de Programa de Integridade pela CONTRATADA, desde que tal exigência seja expressamente motivada no processo administrativo e proporcional aos riscos envolvidos, considerados, entre outros critérios:

- a) O valor estimado da contratação;
- b) A complexidade técnica e operacional do objeto;
- c) O prazo de vigência contratual;
- d) O grau de exposição a riscos de fraude, corrupção ou desvios;
- e) O histórico de contratações similares.

**39.7.** Quando exigido, o Programa de Integridade deverá ser compatível com o porte e a estrutura do contratado, não se admitindo exigências padronizadas ou desproporcionais, devendo conter, no mínimo:

- a) Comprometimento da alta administração com a ética e a integridade;
- b) Padrões de conduta, código de ética ou instrumentos equivalentes;
- c) Mecanismos de prevenção, detecção e resposta a irregularidades;
- d) Canais de comunicação e denúncia acessíveis e protegidos;
- e) Medidas disciplinares aplicáveis em caso de violação.

**39.8.** A exigência de Programa de Integridade não se aplicará automaticamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, salvo quando devidamente justificada em razão do risco específico da contratação, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia.

**39.9.** A comprovação do Programa de Integridade, quando exigida, poderá ocorrer após a adjudicação e antes da assinatura do contrato, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, não sendo admitida como requisito de habilitação, salvo previsão legal expressa.

**39.10.** O descumprimento injustificado da obrigação de implementar ou manter o Programa de Integridade, quando exigido, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**39.11.** Quando a contratação for financiada, no todo ou em parte, por recursos provenientes de organismos financeiros nacionais ou internacionais, poderão ser exigidas, adicionalmente, regras específicas de integridade impostas pelo financiador, desde que expressamente previstas no Edital ou no instrumento contratual.

#### **40. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

##### **Das Infrações Administrativas:**

**40.1.** Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, o licitante, adjudicatário ou contratado que, com dolo ou culpa, praticar qualquer das condutas a seguir descritas, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível:

**40.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou deixar de apresentar documento solicitado pelo Pregoeiro durante a sessão pública;

**40.1.2.** Deixar de manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, especialmente quando:

- a) Não encaminhar a proposta ajustada ao último lance ofertado ou ao valor negociado;
- b) Recusar-se a apresentar o detalhamento da proposta quando regularmente exigido;
- c) Solicitar a desclassificação após o encerramento da etapa competitiva, sem motivo justificado;

**40.1.3.** Não celebrar o contrato, a Ata de Registro de Preços ou não apresentar a documentação exigida para a contratação, quando regularmente convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**40.1.4.** Recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar o contrato, a Ata de Registro de Preços ou a aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido;

**40.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a fase de contratação;

- 40.1.6. Fraudar a licitação ou praticar atos destinados a frustrar o caráter competitivo do certame;
- 40.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, inclusive mediante:
- 40.1.8. Conluio entre licitantes ou atuação em desconformidade com a legislação;
- 40.1.9. Indução deliberada da Administração a erro no julgamento;
- 40.1.10. Praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar os objetivos da licitação;
- 40.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### **Das Sanções Aplicáveis:**

40.2. Pela prática das infrações administrativas previstas neste Edital, a Administração poderá aplicar, mediante prévio processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa, as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, conforme o caso:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertença o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei.

#### **Dos Critérios para Aplicação das Sanções**

40.3. Na aplicação das sanções administrativas, serão observados obrigatoriamente os critérios previstos no art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- a) A natureza e a gravidade da infração;
- b) As circunstâncias do caso concreto;
- c) A extensão do dano causado à Administração Pública;
- d) A existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- e) A adoção, a implementação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo licitante ou contratado, quando exigível ou voluntariamente apresentado.

#### **Da Multa Administrativa e sua Dosimetria**

40.4. A sanção de multa será aplicada de forma proporcional, motivada e não automática, incidindo sobre:

- a) O valor estimado do contrato ou do item/lote adjudicado, quando não houver contratação formal;

- b) O valor do contrato celebrado, quando existente;
- c) O valor global estimado do item ou lote registrado, nos casos envolvendo exclusivamente Ata de Registro de Preços.

#### **Infrações de Menor Gravidade**

**40.5.** Para as infrações previstas nos subitens 40.1.1 e 40.1.2 do item 40.1, poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor estimado do item, lote ou contratação a que se referir a infração, ou, na ausência de contratação formal, sobre o valor estimado do item ou lote adjudicado, desde que devidamente motivada a escolha da base de cálculo.

#### **Infrações de Média Gravidade**

**40.6.** Para as infrações previstas nos subitens 40.1.3 e 40.1.4 do item 40.1, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor estimado do item, lote ou contratação a que se referir a infração, ou, na ausência de contratação formal, sobre o valor estimado do item ou lote adjudicado, desde que devidamente motivada a escolha da base de cálculo, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

#### **Infrações de Grave Gravidade**

**40.7.** Para as infrações previstas nos subitens 40.1.5 a 40.1.9 do item 40.1, poderá ser aplicada multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor estimado do item, lote ou contratação a que se referir a infração, ou, quando inexistente contratação, sobre o valor estimado do item ou lote adjudicado, mediante motivação expressa da autoridade sancionadora, especialmente quanto à adequação da base de cálculo à gravidade da conduta.

**40.8.** O percentual exato da multa será expressamente motivado na decisão administrativa sancionadora, com observância dos critérios previstos no item 40.3 deste Edital e do disposto no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**40.9.** A multa deverá ser recolhida no prazo indicado na decisão administrativa que a aplicar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

#### **Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**40.10.** A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada nas hipóteses previstas nos subitens 40.1.1 a 40.1.4 do item 40.1, quando a gravidade da conduta não justificar a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, observados os limites temporais legais.

#### **Da Declaração de Inidoneidade**



**40.11.** A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada nas hipóteses previstas nos subitens 40.1.5 a 40.1.9 do item 40.1, bem como nas demais infrações que revelem gravidade suficiente para justificar penalidade mais severa, observando-se o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **Do Processo Administrativo Sancionador**

**40.12.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade será precedida de processo administrativo específico, conduzido por comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a produção de provas.

#### **Dos Recursos Administrativos**

**40.13.** Caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar.

**40.13.1.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**40.13.2.** Os recursos e pedidos de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

#### **Da Reparação de Danos**

**40.14.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não afasta, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

#### **41. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**41.1.** O desatendimento de exigências formais que não comprometam a comprovação da habilitação ou a compreensão da proposta não implicará a inabilitação ou desclassificação do licitante.

**41.2.** As normas deste Edital serão interpretadas em favor da ampliação da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da segurança jurídica e do interesse público.

**41.3.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**41.4.** Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Curaçá.

#### **42. DO FORO:**

**42.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Curaçá/BA para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Edital, da licitação, da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ressalvadas as hipóteses de competência absoluta previstas em lei.

**43. DOS ANEXOS:**

**ANEXO I – Termo de Referência;**

**ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;**

**ANEXO III - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;**

**ANEXO IV – Minuta da ata de registro de preço;**

**ANEXO V – Minuta do contrato;**

**ANEXO VI - Modelo de Declaração de Conhecimento e Atendimento às Condições de Habilitação;**

**ANEXO VII - Modelo de Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa;**

**ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Inexistência de Menor no Quadro da Empresa;**

**ANEXO IX - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos Supervenientes;**

**ANEXO X - Declaração de Dados do Representante Legal para Assinatura da Ata e Contrato;**



## TERMO DE REFERÊNCIA

BENS COMUNS, LEI 14.133/2021.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa Registro de preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais de penso, soluções hospitalares e itens descartáveis.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação é de qualidade comum, não superior à cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.816.311,73 (um milhão, oitocentos e dezesseis mil trezentos e onze reais e setenta e três centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	V. Unit.	V. Total
LOTE 01					
1	SERINGA DE INSULINA 1ML 100UI COM AGULHA ACOPLADA 13X0,45MM - CONEXÃO: LUER SLIP AGULHA ACOPLADA; GRADUAÇÃO 2 EM 2 UI. COM VALIDADE MÍNIMA: MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ESTERILIZAÇÃO. DIMENSÕES PRODUTO: AGULHA 13X0,45MM. 26G 1/2". 100UI. 1ML.	Unidade	100.000	R\$ 0,29	R\$ 29.000,00
2	SERINGA HIPODÉRMICA 3ML, MODELO: BICO LUER SLIP (SEM ROSCA) - COM AGULHA. - ESTÉRIL ; ATÓXICA E APIROGÊNICA; LUBRIFICANTE: ÓLEO DE SILICONE; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; ESCALA VOLUMÉTRICA DEMARCADA EM MILILITROS; CERTIFICAÇÃO INMETRO; MATERIAL: POLIPROPILENO POLÍMERO INERTE (NÃO REAGE COM MEDICAMENTOS). VALIDADE: MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ESTERILIZAÇÃO.	Unidade	60.000	R\$ 0,33	R\$ 19.800,00
3	SERINGA HIPODÉRMICA 5ML, MODELO: BICO LUER SLIP (SEM ROSCA) - COM AGULHA. - ESTÉRIL - ETO; ATÓXICA E APIROGÊNICA; LUBRIFICANTE: ÓLEO DE SILICONE; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; ESCALA VOLUMÉTRICA DEMARCADA EM MILILITROS; CERTIFICAÇÃO INMETRO; MATERIAL: POLIPROPILENO POLÍMERO INERTE (NÃO REAGE COM MEDICAMENTOS). VALIDADE: MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ESTERILIZAÇÃO.	Unidade	50.000	R\$ 0,63	R\$ 31.500,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



4	SERINGA HIPODÉRMICA 10ML, MODELO: BICO LUER SLIP (SEM ROSCA) - COM AGULHA. - ESTÉRIL - ETO; ATÓXICA E APIROGÊNICA; LUBRIFICANTE: ÓLEO DE SILICONE; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; ESCALA VOLUMÉTRICA DEMARCADA EM MILILITROS; CERTIFICAÇÃO INMETRO; MATERIAL: POLIPROPILENO POLÍMERO INERTE (NÃO REAGE COM MEDICAMENTOS). VALIDADE: MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ESTERILIZAÇÃO.	Unidade	80.000	R\$ 0,65	R\$ 52.000,00
5	SERINGA HIPODÉRMICA 20ML, MODELO: BICO LUER SLIP (SEM ROSCA) - COM AGULHA. - ESTÉRIL - ETO; ATÓXICA E APIROGÊNICA; LUBRIFICANTE: ÓLEO DE SILICONE; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; ESCALA VOLUMÉTRICA DEMARCADA EM MILILITROS; CERTIFICAÇÃO INMETRO; MATERIAL: POLIPROPILENO POLÍMERO INERTE (NÃO REAGE COM MEDICAMENTOS). VALIDADE: MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ESTERILIZAÇÃO.	Unidade	80.000	R\$ 0,63	R\$ 50.400,00
6	SERINGA HIPODÉRMICA 60ML, MODELO: BICO LUER LOCK (COM ROSCA) - COM AGULHA. - ESTÉRIL - ETO; ATÓXICA E APIROGÊNICA; LUBRIFICANTE: ÓLEO DE SILICONE; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; ESCALA VOLUMÉTRICA DEMARCADA EM MILILITROS; CERTIFICAÇÃO INMETRO; MATERIAL: POLIPROPILENO POLÍMERO INERTE (NÃO REAGE COM MEDICAMENTOS). VALIDADE: MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ESTERILIZAÇÃO.	Unidade	20.000	R\$ 2,61	R\$ 52.200,00
7	CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	Unidade	500	R\$ 1,80	R\$ 900,00
8	KIT PARA CATETER INTRAVENOSO CENTRAL EM POLIURETANO, DUPLO LUMEN, 5FR X 13CM; BIOCOMPATÍVEL E TERMOSENSÍVEL. COMPOSTO DE CATETER POLIURETANO; CLAMPS POLICARBONATO; FIO GUIA COM AVANÇADOR NITINOL; AGULHA INTRODUTORA POLICARBONATO, AÇO INOXIDÁVEL, POLIETILENO, FIXADOR ABS; FIXADOR TPU; SERINGA FENESTRADA POLIPROPILENO, ABS, SILICONE E AÇO INOXIDÁVEL; CONECTOR LIVRE DE AGULHA PC E SILICONE E OUTROS PARA MELHOR UTILIZAÇÃO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO E COM O MÍNIMO DE 03 ANOS DE VALIDADE APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. PRODUTO ESTÉRIL DE USO ÚNICO E QUE NÃO CONTÉM LÁTEX. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	Unidade	30	R\$ 258,46	R\$ 7.753,80



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



9	KIT PARA CATETER INTRAVENOSO CENTRAL EM POLIURETANO, DUPLO LUMEN, 7FR X 20CM; BIOCOMPATÍVEL E TERMOSENSÍVEL. COMPOSTO DE CATETER POLIURETANO; CLAMPS POLICARBONATO; FIO GUIA COM AVANÇADOR NITINOL; AGULHA INTRODUTORA POLICARBONATO, AÇO INOXIDÁVEL, POLIETILENO, FIXADOR ABS; FIXADOR TPU; SERINGA FENESTRADA POLIPROPILENO, ABS, SILICONE E AÇO INOXIDÁVEL; CONECTOR LIVRE DE AGULHA PC ESILICONE E OUTROS PARA MELHOR UTILIZAÇÃO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO E COM O MÍNIMO DE 03 ANOS DE VALIDADE APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. PRODUTO ESTÉRIL DE USO ÚNICO E QUE NÃO CONTÉM LÁTEX. APRESENTAR CATALOGO, REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	Unidade	30	R\$ 269,03	R\$ 8.070,90
10	KIT PARA CATETER INTRAVENOSO CENTRAL EM POLIURETANO, DUPLO LUMEN, 7FR X 30CM; BIOCOMPATÍVEL E TERMOSENSÍVEL. COMPOSTO DE CATETER POLIURETANO; CLAMPS POLICARBONATO; FIO GUIA COM AVANÇADOR NITINOL; AGULHA INTRODUTORA POLICARBONATO, AÇO INOXIDÁVEL, POLIETILENO, FIXADOR ABS; FIXADOR TPU; SERINGA FENESTRADA POLIPROPILENO, ABS, SILICONE E AÇO INOXIDÁVEL; CONECTOR LIVRE DE AGULHA PC E SILICONE E OUTROS PARA MELHOR UTILIZAÇÃO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO E COM O MÍNIMO DE 03 ANOS DE VALIDADE APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. PRODUTO ESTÉRIL DE USO ÚNICO E QUE NÃO CONTÉM LÁTEX. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	Unidade	30	R\$ 287,73	R\$ 8.631,90
11	KIT PARA CATETER INTRAVENOSO CENTRAL EM POLIURETANO, DUPLO LUMEN, 8FR X 20CM; BIOCOMPATÍVEL E TERMOSENSÍVEL. COMPOSTO DE CATETER POLIURETANO; CLAMPS POLICARBONATO; FIO GUIA COM AVANÇADOR NITINOL; AGULHA INTRODUTORA POLICARBONATO, AÇO INOXIDÁVEL, POLIETILENO, FIXADOR ABS; FIXADOR TPU; SERINGA FENESTRADA POLIPROPILENO, ABS, SILICONE E AÇO INOXIDÁVEL; CONECTOR LIVRE DE AGULHA PC E SILICONE E OUTROS PARA MELHOR UTILIZAÇÃO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO E COM O MÍNIMO DE 03 ANOS DE VALIDADE APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. PRODUTO ESTÉRIL DE USO ÚNICO E QUE NÃO CONTÉM LÁTEX. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	Unidade	30	R\$ 271,18	R\$ 8.135,40
12	DISPOSITIVO P/TRANSFERÊNCIA DE SOLUÇÕES EST FÊMEA, PONTA PERFURANTE PADRÃO ISO COM PROTETOR. PEÇA ERGONÔMICA QUE EVITA O CONTATO DAS MÃOS COM A PONTA PERFURANTE E FACILITA O MANUSEIO	Unidade	200	R\$ 1,59	R\$ 318,00





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	DO PROFISSIONAL.APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.				
13	DISPOSITIVO P/TRANSFERÊNCIA DE SOLUÇÕES EST PONTA DUPLA, DISPOSITIVO PARA MISTURA OU RECONSTITUIÇÃO DE DROGAS EM FRASCOS SEM CONTATO COM O AMBIENTE EXTERNO. PONTA PERFURANTE PADRÃO ISO COM PROTETOR. PEÇA ERGONÔMICA QUE EVITA O CONTATO DAS MÃOS COM A PONTA PERFURANTE E FACILITA O MANUSEIO DO PROFISSIONAL. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	Unidade	200	R\$ 1,37	R\$ 274,00
14	ESCOVA RIODEINE Dermo suave DEGERMANTE PVPI, - 10% DE IODOPOLVIDONA QUE EQUIVALE A 1% DE IODO ATIVO.	Unidade	50	R\$ 88,43	R\$ 4.421,50
15	CONECTOR LUER CAP. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	Unidade	200	R\$ 0,20	R\$ 40,00
16	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	Unidade	3.000	R\$ 1,59	R\$ 4.770,00
17	EQUIPO MICROGOTAS C/ INJETOR LATERAL PARA SOLUÇÃO, ESTÉRIL.	Unidade	3.000	R\$ 2,65	R\$ 7.950,00
18	EQUIPO MACROGOTAS, FOTOSSENSIVEL , ESTÉRIL.	Unidade	3.000	R\$ 2,73	R\$ 8.190,00
19	EQUIPO PARA INFUSAO PARENTERAL MULTIVIAS 2 VIAS.	Unidade	2.000	R\$ 1,24	R\$ 2.480,00
20	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO INTRAVENOSA DE SANGUE DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, PROJETADO DE FORMA PARA UMA PERFEITA ADAPTAÇÃO E FUNCIONALIDADE EM RECIPIENTES DE SOLUÇÃO PARENTERAL EM TODAS AS VARIAÇÕES. PROTEÇÃO NO PENETRADOR PARA EVITAR CONTAMINAÇÃO, PENETRAÇÃO ADEQUADA PARA ADAPTAÇÃO EM TRANSFUSÃO DE SANGUE, CÂMARA DUPLAFLESIVEL COM TAMANHOS DENTRO DO PADRÃO PARA REALIZAÇÃO DE TRANSFUSÃO, GOTEJADOR DE 20 (+-20) GOTAS POR ML DE SANGUE, FILTRO DE SANGUE COM ABERTURA A MALHA DE 170 MICR E ÁREA DE FILTRAGEM ADEQUADA, ESFORÇANDO LATERALMENTE IMPEDINDO A COLAGEM DO FILTRO, PINÇA ROLETE COM CORTA FLUXO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PAPEL GRAU-CIRÚRGICO. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	Unidade	500	R\$ 5,60	R\$ 2.800,00
21	TORNEIRINHA DE ALTO FLUXO DE 03 VIAS, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, TRANSPARENTE, COM DIMENSÕES REDUZIDAS E PRÁTICAS, VOLANTE EM POLIETILENO, GIRATÓRIO, SETAS INDICATIVAS, ACIONAMENTO MACIO, CONECTOR LUER LOCK ROTATIVO QUE PERMITA CONEXÃO RÁPIDA E SEGURA A QUALQUER TIPO DE EQUIPO, CATETERES E TUBOS	Unidade	500	R\$ 1,51	R\$ 755,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



EXTENSORES. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.				
<b>VALOR TOTAL LOTE 01</b>				<b>R\$ 300.390,50</b>

<b>LOTE 02</b>					
1	SONDA, ENDOTRAQUEAL, Nº 9,0 COM CUFF, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, BRANCO TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 1 ORIFÍCIO DISTAL, 2 NAS LATERAIS E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 6,55	R\$ 3.275,00
2	SONDA, ENDOTRAQUEAL, Nº 9,5 COM CUFF, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, BRANCO TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 1 ORIFÍCIO DISTAL, 2 NAS LATERAIS E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 6,06	R\$ 3.030,00
3	SONDA, RETAL, Nº 04, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 0,73	R\$ 365,00
4	SONDA, RETAL, Nº 06, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 0,78	R\$ 390,00
5	SONDA, RETAL, Nº 08, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 0,85	R\$ 425,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



6	SONDA, RETAL, Nº 10, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 0,92	R\$ 460,00
7	SONDA, RETAL, Nº 12, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 1,25	R\$ 625,00
8	SONDA, RETAL, Nº 14, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 1,00	R\$ 500,00
9	SONDA, RETAL, Nº 16, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 1,09	R\$ 545,00
10	SONDA, RETAL, Nº 18, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 1,19	R\$ 595,00
11	SONDA, RETAL, Nº 20, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 1,15	R\$ 575,00
12	SONDA, RETAL, Nº 22, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM ORIFÍCIO DISTAL, 1 NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU	UNIDADE	500	R\$ 1,25	R\$ 625,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.				
13	SONDA, URETRAL, N. 04, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 01 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 0,91	R\$ 455,00
14	SONDA, URETRAL, N. 06, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATOXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 01 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	2.000	R\$ 1,01	R\$ 2.020,00
15	SONDA, URETRAL, N. 08, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATOXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 01 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	2.000	R\$ 1,36	R\$ 2.720,00
16	SONDA, URETRAL, N. 10, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATOXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 01 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	4.000	R\$ 1,58	R\$ 6.320,00
17	SONDA, URETRAL, N. 12, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATOXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, C/1 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	15.000	R\$ 1,42	R\$ 21.300,00
18	SONDA, URETRAL, N. 14, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATOXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, C/1 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	2.000	R\$ 1,41	R\$ 2.820,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



19	SONDA, URETRAL, N. 16, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 01 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	2.000	R\$ 2,34	R\$ 4.680,00
20	SONDA, URETRAL, N. 18, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 01 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	2.000	R\$ 1,28	R\$ 2.560,00
21	SONDA, URETRAL, N. 20, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, ATÓXICA, MALEÁVEL, EM PVC, TRANSPARENTE, ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 01 ORIFÍCIO NA LATERAL E CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	2.000	R\$ 1,26	R\$ 2.520,00
22	SONDA DE FOLLEY N. 12 3 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	100	R\$ 6,09	R\$ 609,00
23	SONDA DE FOLLEY N. 14 3 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	100	R\$ 8,63	R\$ 863,00
24	SONDA DE FOLLEY N. 16 3 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	1.000	R\$ 6,02	R\$ 6.020,00
25	SONDA DE FOLLEY N. 18 3 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	1.000	R\$ 6,31	R\$ 6.310,00
26	SONDA, DE FOLLEY N 20 3 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	500	R\$ 5,89	R\$ 2.945,00
27	SONDA, DE FOLLEY N 22 3 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	500	R\$ 6,20	R\$ 3.100,00
28	SONDA DE FOLLEY 24 3 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	500	R\$ 5,64	R\$ 2.820,00
29	SONDA, DE FOLLEY N. 08 2 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	500	R\$ 4,94	R\$ 2.470,00
30	SONDA, DE FOLLEY N. 10 2 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	500	R\$ 5,50	R\$ 2.750,00
31	SONDA, DE FOLLEY N. 12 2 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	1.000	R\$ 5,14	R\$ 5.140,00
32	SONDA, DE FOLLEY N. 14 2 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	2.000	R\$ 5,15	R\$ 10.300,00
33	SONDA, DE FOLLEY N. 16 2 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	2.000	R\$ 5,64	R\$ 11.280,00
34	SONDA, DE FOLLEY N. 18 2 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	2.000	R\$ 5,59	R\$ 11.180,00
35	SONDA DE FOLLEY N. 20 2 VIAS, COM BALÃO	UNIDADE	2.000	R\$ 5,28	R\$ 10.560,00
36	SONDA DE FOLLEY N. 22 2 VIAS, COM BALÃO	UNIDADE	2.000	R\$ 5,32	R\$ 10.640,00
37	SONDA DE FOLLEY Nº 24 2 VIAS COM BALÃO	UNIDADE	1.500	R\$ 4,95	R\$ 7.425,00
38	SONDA NASAL P/ NUTRIÇÃO ENTERAL COM FIO GUIA 6 FR. DISPOSITIVO PARA ACESSAR O ESTÔMAGO OU O DUODENO COM A FINALIDADE DE OFERECER SUPORTE NUTRICIONAL E MEDICAÇÕES A PACIENTES QUE TÊM TRATO GASTROINTESTINAL FUNCIONANTE, MAS NÃO CONSEGUEM MANTER INGESTÃO ORAL ADEQUADA. CARACTERÍSTICAS: TUBO DA SONDA EM POLIURETANO RADIOPACO COM ESCALA E GRADUAÇÃO; ESTÉRIL; DUPLA ENTRADA EM Y,	UNIDADE	500	R\$ 26,39	R\$ 13.195,00





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	PERMITE ACESSO SEPARADO PARA NUTRIÇÃO OU MEDICAÇÃO COM TAMPAS; FIO GUIA EM AÇO INOX PRÉ-LUBRIFICADO COM RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE.				
39	SONDA NASAL P/ NUTRIÇÃO ENTERAL COM FIO GUIA N 8 FR. DISPOSITIVO PARA ACESSAR O ESTÔMAGO OU O DUODENO COM A FINALIDADE DE OFERECER SUPORTE NUTRICIONAL E MEDICAÇÕES A PACIENTES QUE TÊM TRATO GASTROINTESTINAL FUNCIONANTE, MAS NÃO CONSEGUEM MANTER INGESTÃO ORAL ADEQUADA. CARACTERÍSTICAS: TUBO DA Sonda EM POLIURETANO RADIOPACO COM ESCALA E GRADUAÇÃO; ESTÉRIL; DUPLA ENTRADA EM Y, PERMITE ACESSO SEPARADO PARA NUTRIÇÃO OU MEDICAÇÃO COM TAMPAS; FIO GUIA EM AÇO INOX PRÉ-LUBRIFICADO COM RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE.	UNIDADE	500	R\$ 26,97	R\$ 13.485,00
40	SONDA NASAL P/ NUTRIÇÃO ENTERAL COM FIO GUIA N 10 FR. DISPOSITIVO PARA ACESSAR O ESTÔMAGO OU O DUODENO COM A FINALIDADE DE OFERECER SUPORTE NUTRICIONAL E MEDICAÇÕES A PACIENTES QUE TÊM TRATO GASTROINTESTINAL FUNCIONANTE, MAS NÃO CONSEGUEM MANTER INGESTÃO ORAL ADEQUADA. CARACTERÍSTICAS: TUBO DA Sonda EM POLIURETANO RADIOPACO COM ESCALA E GRADUAÇÃO; ESTÉRIL; DUPLA ENTRADA EM Y, PERMITE ACESSO SEPARADO PARA NUTRIÇÃO OU MEDICAÇÃO COM TAMPAS; FIO GUIA EM AÇO INOX PRÉ-LUBRIFICADO COM RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE.	UNIDADE	500	R\$ 27,27	R\$ 13.635,00
41	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COMPONENTES: C/ EXTENSOR Nº 4, C/ PRESERVATIVO DE LÁTEX, TIPO USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL.	UNIDADE	200	R\$ 6,12	R\$ 1.224,00
42	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COMPONENTES: C/ EXTENSOR Nº 5, C/ PRESERVATIVO DE LÁTEX, TIPO USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL.	UNIDADE	200	R\$ 5,99	R\$ 1.198,00
43	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COMPONENTES: C/ EXTENSOR Nº 6, C/ PRESERVATIVO DE LÁTEX, TIPO USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL.	UNIDADE	200	R\$ 6,12	R\$ 1.224,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



44	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COMPONENTES: C/ EXTENSOR Nº7, C/ PRESERVATIVO DE LÁTEX, TIPO USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL.	UNIDADE	400	R\$ 6,18	R\$ 2.472,00
45	CAMPO OPERATÓRIO (NÃO ESTÉRIL) MEDINDO 45 X 50, PACOTE C/50 UNIDADES	PACOTE	1.200	R\$ 82,74	R\$ 99.288,00
<b>VALOR TOTAL LOTE 02</b>					<b>R\$ 296.938,00</b>

<b>LOTE 03</b>					
1	LÂMINA, DE BISTURI, NÚMERO 11, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EM AÇO CARBONO, SEM REBARBAS, COM CORTE AFIADO E QUE SE ADAPTEM AOS CABOS DE BISTURI PADRAO.CAIXA C/100. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	100	R\$ 57,38	R\$ 5.738,00
2	LÂMINA, DE BISTURI, NUMERO 15, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EM AÇO CARBONO, SEM REBARBAS, COM CORTE AFIADO E QUE SE ADAPTEM AOS CABOS DE BISTURI PADRAO.CAIXA C/100. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	100	R\$ 46,86	R\$ 4.686,00
3	LÂMINA, DE BISTURI, NUMERO 21, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EM AÇO CARBONO, SEM REBARBAS, COM CORTE AFIADO E QUE SE ADAPTEM AOS CABOS DE BISTURI PADRAO.CAIXA C/100. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	150	R\$ 49,16	R\$ 7.374,00
4	LÂMINA, DE BISTURI, NUMERO 22, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EM AÇO INOXIDÁVEL, SEM REBARBAS, COM CORTE AFIADO E QUE SE ADAPTEM AOS CABOS DE BISTURI PADRAO.CAIXA C/100. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	200	R\$ 48,68	R\$ 9.736,00
5	LÂMINA, DE BISTURI, NUMERO 23, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EM AÇO CARBONO, SEM REBARBAS, COM CORTE AFIADO E QUE SE ADAPTEM AOS CABOS DE BISTURI PADRAO.CAIXA C/100. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	200	R\$ 53,21	R\$ 10.642,00
6	LÂMINA, DE BISTURI, NUMERO 24, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EM AÇO CARBONO, SEM REBARBAS, COM CORTE AFIADO E QUE SE ADAPTEM AOS CABOS DE BISTURI PADRAO.CAIXA C/100. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	200	R\$ 53,24	R\$ 10.648,00
7	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO CHERON, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	3.000	R\$ 2,27	R\$ 6.810,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



8	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA ECG COM ADESIVO SOLIDO CONDUTOR - PACOTE COM 50 UNIDADES. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	PACOTE	300	R\$ 34,14	R\$ 10.242,00
9	CAIXA, COLETORA PARA MATERIAIS PERFUROCORTANTES, RESISTENTE A PERFURAÇÕES COM REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE, CONTENDO FUNDO RÍGIDO DE PROTEÇÃO EXTRA CONTRA PERFURAÇÕES, CINTA INTERNA E BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS LÍQUIDOS. A CAIXA DEVERÁ SER DE COR AMARELA E CONTER SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (RISCO BIOLÓGICO, MATERIAL CONTAMINADO), CAPACIDADE PARA 13 LITROS. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	2.000	R\$ 10,69	R\$ 21.380,00
10	CAIXA, COLETORA PARA MATERIAIS PERFUROCORTANTES, RESISTENTE A PERFURAÇÕES COM REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE, CONTENDO FUNDO RÍGIDO DE PROTEÇÃO EXTRA CONTRA PERFURAÇÕES, CINTA INTERNA E BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS LÍQUIDOS. A CAIXA DEVERÁ SER DE COR AMARELA E CONTER SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (RISCO BIOLÓGICO, MATERIAL CONTAMINADO), CAPACIDADE PARA 20 LITROS. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	2.000	R\$ 20,89	R\$ 41.780,00
11	CAIXA, COLETORA PARA MATERIAIS PERFUROCORTANTES, RESISTENTE A PERFURAÇÕES COM REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE, CONTENDO FUNDO RÍGIDO DE PROTEÇÃO EXTRA CONTRA PERFURAÇÕES, CINTA INTERNA E BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS LÍQUIDOS. A CAIXA DEVERÁ SER DE COR AMARELA E CONTER SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (RISCO BIOLÓGICO, MATERIAL CONTAMINADO), CAPACIDADE PARA 3 LITROS. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	300	R\$ 4,19	R\$ 1.257,00
12	CAIXA, COLETORA PARA MATERIAIS PERFUROCORTANTES, RESISTENTE A PERFURAÇÕES COM REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE, CONTENDO FUNDO RÍGIDO DE PROTEÇÃO EXTRA CONTRA PERFURAÇÕES, CINTA INTERNA E BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS LÍQUIDOS. A CAIXA DEVERÁ SER DE COR AMARELA E CONTER SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (RISCO BIOLÓGICO, MATERIAL CONTAMINADO), CAPACIDADE PARA 7 LITROS. DE ACORDO COM	UNIDADE	500	R\$ 6,53	R\$ 3.265,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	AS NORMAS DA ABNT. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.				
13	CUBA INOX REDONDA ASSEPSIA APROXIMADAMENTE 8 CM - 160ML	UNIDADE	200	R\$ 56,23	R\$ 11.246,00
14	CUBA INOX REDONDA ASSEPSIA 9X5CM - 200 MI	UNIDADE	50	R\$ 59,85	R\$ 2.992,50
15	CUBA CLÍNICA, EM INOX, TIPO RIM. MEDIDAS APROXIMADAS: 26 CM X 12 CM. VOLUME: 640 ML. COM VARIAÇÃO DE ATÉ 10% DE OSCILAÇÃO NAS MEDIDAS	UNIDADE	50	R\$ 159,04	R\$ 7.952,00
16	COMADRE, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE 2,1 LITROS ATÉ 3,5 LITROS.	UNIDADE	10	R\$ 179,05	R\$ 1.790,50
17	PAPAGAIO, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	10	R\$ 143,88	R\$ 1.438,80
18	SUPORTE PARA CAIXA DE PERFUROCORTANTE (CX C/ 13 LITROS)	UNIDADE	100	R\$ 10,33	R\$ 1.033,00
19	SUPORTE PARA CAIXA DE PERFUROCORTANTE (CX C/ 20 LITROS)	UNIDADE	100	R\$ 23,46	R\$ 2.346,00
20	SUPORTE PARA CAIXA DE PERFUROCORTANTE (CX C/ 7 LITROS)	UNIDADE	30	R\$ 7,55	R\$ 226,50
21	TALA EVA COM QUATRO MEMBROS (SUPERIOR E INFERIOR) KIT C/04 TALAS.	UNIDADE	30	R\$ 77,00	R\$ 2.310,00
22	ALMOTOLIA FRASCO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAR SOLUÇÃO, NA COR BRANCO TRANSPARENTE, COM TAMPA DE ROSCA PARA VEDAÇÃO, PROTETOR DA TAMPA CONJUGADO, CAPACIDADE PARA 250 ML. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 5,31	R\$ 2.655,00
23	PINÇA MOSQUITO CURVA 15 CM. AÇO INOXIDÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	UNIDADE	100	R\$ 68,95	R\$ 6.895,00
24	PINÇA MOSQUITO RETA 15 CM AÇO INOXIDÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	UNIDADE	100	R\$ 66,91	R\$ 6.691,00
25	PINÇA ANATÔMICA COM DENTE DE RATO Nº 16	UNIDADE	100	R\$ 47,64	R\$ 4.764,00
26	PINÇA DE DISSECÇÃO ANATÔMICA 16 CM	UNIDADE	100	R\$ 49,29	R\$ 4.929,00
27	PINÇA KELLY CURVA 16 CM	UNIDADE	100	R\$ 103,99	R\$ 10.399,00
28	PINÇA KELLY RETA 16 CM	UNIDADE	100	R\$ 103,34	R\$ 10.334,00
29	PORTA AGULHA 20 CM. INSTRUMENTO CIRÚRGICO ARTICULADO NÃO CORTANTE. PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	100	R\$ 84,72	R\$ 8.472,00
30	CABO DE BISTURI Nº3,5	UNIDADE	100	R\$ 35,61	R\$ 3.561,00
31	TESOURA CIRÚRGICA RETA 15 CM	UNIDADE	100	R\$ 55,10	R\$ 5.510,00
32	CUBA RIM INOX	UNIDADE	50	R\$ 153,70	R\$ 7.685,00
33	ALMOTOLIA FRASCO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAR SOLUÇÃO, NA COR MARROM, COM TAMPA DE ROSCA PARA VEDAÇÃO, PROTETOR DA TAMPA CONJUGADO, CAPACIDADE PARA 250 ML. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 5,23	R\$ 2.615,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



34	PRANCHA DE RESGATE EM POLIETILENO NA COR LARANJA, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 1,83 X 43CM, CAPACIDADE PARA 180KG. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA E CATÁLOGO DO FABRICANTE.	UNIDADE	10	R\$ 1.123,09	R\$ 11.230,90
35	KIT VÁLVULA REGULADORA DE OXIGÊNIO COM FLUXÔMETRO	UNIDADE	20	R\$ 488,41	R\$ 9.768,20
36	PORTA LAMINA TIPO FRASCO COM CAPACIDADE PARA 3 LÂMINAS - PCT COM 100 UNIDADES	PACOTE	15	R\$ 199,29	R\$ 2.989,35
37	PAPEL MADEIRA, ROLO COM 30 METROS.	ROLO	100	R\$ 324,45	R\$ 32.445,00
38	COLETOR DE URINA, DE SISTEMA FECHADO, MODELO BOLSA SISTEMA FECHADO COM CAPACIDADE PARA 1200 ML, GRADUADA, TRANSPARENTE NA PARTE DA FRENTE E OPACA NO VERSO, PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO, ALÉM DE POSSUIR VÁLVULA ANTIRREFLEXO, PINÇA CORTA FLUXO, PRENDEDOR, MEMBRANA EM LÁTEX AUTO CICATRIZANTE, ALÇA DE SUSTENTAÇÃO AO LEITO, TUBO DE ESVAZIAMENTO, COM CONECTOR UNIVERSAL E COM TAMPA PROTETORA E COM TUBO EXTENSOR DE METRAGEM MÍNIMA DE 1,20 CM. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	2.000	R\$ 5,50	R\$ 11.000,00
39	COLETOR DE URINA, DE SISTEMA FECHADO, MODELO BOLSA SISTEMA FECHADO COM CAPACIDADE PARA 2000 ML, GRADUADA, TRANSPARENTE NA PARTE DA FRENTE E OPACA NO VERSO, PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO, ALÉM DE POSSUIR VÁLVULA ANTIRREFLEXO, PINÇA CORTA FLUXO, PRENDEDOR, MEMBRANA EM LÁTEX AUTO CICATRIZANTE, ALÇA DE SUSTENTAÇÃO AO LEITO, TUBO DE ESVAZIAMENTO, COM CONECTOR UNIVERSAL E COM TAMPA PROTETORA E COM TUBO EXTENSOR DE METRAGEM MÍNIMA DE 1,20 CM. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	1.000	R\$ 7,10	R\$ 7.100,00
40	FRASCO COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO 1200ML, POSSUINDO CONECTOR PARA Sonda URETRO-VESICAIS; PINÇA CORTA FLUXO; TUBO EXTENSOR; CORDEL PARA SUSTENTAÇÃO AO LEITO E DEAMBULAÇÃO DO PACIENTE; FRASCO COLETOR EM PVC TRANSLÚCIDO, COM CAPACIDADE PARA 1200ML E ESCALA GRADUADA.	UNIDADE	1.000	R\$ 7,73	R\$ 7.730,00
41	COLETOR DE URINA, UNISSEX, INFANTIL, ATÓXICO, COM ADESIVO DUPLA FACE, A BASE DE BORRACHA HIPOALERGÊNICA. CADA UNIDADE COM 100 ML. PCT COM 10 UNIDADES	UNIDADE	100	R\$ 5,66	R\$ 566,00





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



42	DRENO DE PENROSE, COM GAZE ESTÉRIL, TAMANHO 1 (20MM), COMPRIMENTO 35CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. PRODUTO CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL, NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	100	R\$ 59,42	R\$ 5.942,00
43	OXÍMETRO DE PULSO, TIPO PORTÁTIL NÃO POSSUI CURVA PLESTIMOGRÁFICA, POSSUI SENSOR DE SPO2.	UNIDADE	100	R\$ 112,20	R\$ 11.220,00
44	TERMÔMETRO HIGROMETRO, DIGITAL, DE MÁXIMA E MÍNIMA, PARA USO HOSPITALAR COM CABO E SENSOR DE TEMPERATURA PARA MEDIÇÕES INTERNAS (CÂMARAS DE REFRIGERADORES, FREEZER, ETC.). APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	50	R\$ 77,48	R\$ 3.874,00
45	TERMOMETRO CLÍNICO DIGITAL PARA USO HOSPITALAR.	UNIDADE	200	R\$ 25,84	R\$ 5.168,00
46	OTOSCOPIO, COM NO MÍNIMO 05 ESPÉCULOS REUSÁVEIS, BATERIA CONVENCIONAL.	UNIDADE	20	R\$ 242,08	R\$ 4.841,60
47	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU), POSSUI RESERVATÓRIO, CONFECCIONADO SILICONE APLICAÇÃO INFANTIL.	UNIDADE	10	R\$ 330,50	R\$ 3.305,00
48	REANIMADOR MANUAL ADULTO	UNIDADE	10	R\$ 330,26	R\$ 3.302,60
49	REANIMADOR MANUAL RECÉM NASCIDO	UNIDADE	10	R\$ 316,67	R\$ 3.166,70
50	ESTETOSCÓPIO ADULTO, DUPLO AUSCULTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	40	R\$ 75,54	R\$ 3.021,60
51	ESTETOSCÓPIO INFANTIL	UNIDADE	20	R\$ 93,88	R\$ 1.877,60
52	ESPAÇADOR PARA MEDICAMENTO ADULTO	UNIDADE	10	R\$ 44,59	R\$ 445,90
53	ESPAÇADOR PARA MEDICAMENTO INFANTIL	UNIDADE	10	R\$ 43,47	R\$ 434,70
54	MALETA DE PRIMEIROS SOCORROS COM 02 A 03 BANDEJAS. MATERIAL: POLIPROPILENO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 44CM X 24CM X 22CM.	UNIDADE	20	R\$ 143,27	R\$ 2.865,40
55	LANTERNA CLÍNICA, CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO, TIPO LED. ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (PALITO). MEDIDAS APROXIMADAS: 14CM DE COMPRIMENTO E 1,2 CM DE DIÂMETRO; GARANTIA DE 01 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	20	R\$ 81,50	R\$ 1.630,00
56	PRESERVATIVO CLINICO NÃO LUBRIFICADO CAIXA C/ 144 UNIDADES	UNIDADE	50	R\$ 75,36	R\$ 3.768,00
57	HALO CEFALICO NEONATAL	UNIDADE	5	R\$ 372,58	R\$ 1.862,90
58	KIT DE ACESSO VASCULAR INTRAÓSSEO APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA	KIT	12	R\$ 1.149,33	R\$ 13.791,96



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



59	FILTRO BACTERIANO HMEF COM TRAQUEIA ADULTO	UNIDADE	120	R\$ 26,03	R\$ 3.123,60
60	FILTRO BACTERIANO HMEF COM TRAQUEIA INFANTIL	UNIDADE	60	R\$ 11,95	R\$ 717,00
61	GUIA PARA INTUBAÇÃO TRAQUEAL ADULTO 15F APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA	UNIDADE	10	R\$ 61,74	R\$ 617,40
62	GUIA PARA INTUBAÇÃO TRAQUEAL INFANTIL 56 APRESENTAR R EGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA	UNIDADE	10	R\$ 67,96	R\$ 679,60
63	LACRE DE SEGURANÇA ENUMERADO DE 1 A 1000	PACOTE	2	R\$ 24,18	R\$ 48,36
64	KIT PARA DRENAGEM TORÁCICA N;/ 20 APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA	KIT	20	R\$ 33,53	R\$ 670,60
65	KIT PARA DRENAGEM TORÁCICA N;/ 24 APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA	KIT	6	R\$ 66,83	R\$ 400,98
66	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO P	UNIDADE	1.500	R\$ 2,66	R\$ 3.990,00
67	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO M	UNIDADE	2.000	R\$ 2,63	R\$ 5.260,00
68	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO G	UNIDADE	1.000	R\$ 2,37	R\$ 2.370,00
69	ÉTER ETÍLICO 35% C/ 1000ML. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	LITRO	500	R\$ 62,94	R\$ 31.470,00
70	FORMOL A 10%. EMBALAGEM COM 1000 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	50	R\$ 43,50	R\$ 2.175,00
71	CÂNULA, DE GUEDEL, Nº 0, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, FLEXIBILIDADE E CURVATURA ADEQUADA, ORIFÍCIO CENTRAL QUE GARANTA VENTILAÇÃO, COM BORDA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A DESINFECÇÃO, COM NUMERAÇÃO NA BORDA PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO E QUE SEJA BRANCO TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DE SECREÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	48	R\$ 3,69	R\$ 177,12
72	CÂNULA, DE GUEDEL, Nº 01, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, FLEXIBILIDADE E CURVATURA ADEQUADA, ORIFÍCIO CENTRAL QUE GARANTA VENTILAÇÃO, COM BORDA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A DESINFECÇÃO, COM NUMERAÇÃO NA BORDA PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO E QUE SEJA BRANCO TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DE SECREÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	48	R\$ 3,01	R\$ 144,48



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



73	CÂNULA, DE GUEDEL, Nº 02, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, FLEXIBILIDADE E CURVATURA ADEQUADA, ORIFÍCIO CENTRAL QUE GARANTA VENTILAÇÃO, COM BORDA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A DESINFECÇÃO, COM NUMERAÇÃO NA BORDA PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO E QUE SEJA BRANCO TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DE SECREÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	48	R\$ 3,02	R\$ 144,96
74	CÂNULA, DE GUEDEL, Nº 03, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, FLEXIBILIDADE E CURVATURA ADEQUADA, ORIFÍCIO CENTRAL QUE GARANTA VENTILAÇÃO, COM BORDA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A DESINFECÇÃO, COM NUMERAÇÃO NA BORDA PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO E QUE SEJA BRANCO TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DE SECREÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	48	R\$ 2,98	R\$ 143,04
75	CÂNULA, DE GUEDEL, Nº 04, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, FLEXIBILIDADE E CURVATURA ADEQUADA, ORIFÍCIO CENTRAL QUE GARANTA VENTILAÇÃO, COM BORDA DE SEGURANÇA, RESISTENTE A DESINFECÇÃO, COM NUMERAÇÃO NA BORDA PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO E QUE SEJA BRANCO TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DE SECREÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, ABERTURA EM PÉTALA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	48	R\$ 4,16	R\$ 199,68
76	KIT DE ESPÉCULO VAGINAL GRANDE MODELO COLLINS, ESTÉRIL. PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINOSA. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL. DIMENSÕES MÍNIMAS: EIXO LONGITUDINAL DA VALVA 110MM, LARGURA PERPENDICULAR PROXIMAL 29MM E DISTAL 32MM, COMPRIMENTO 170MM. ITENS INCLUSOS: 01 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 8,5 CM X 3,8 CM X 0,5 CM, COM 01 LÂMINA LAPIDADA DE VIDRO DE 7,6 CM X 2,6	KIT	2.000	R\$ 4,76	R\$ 9.520,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	CM E 1 MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA DESTACADA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE; 01 ESCOVA CERVICAL, COM CERDAS FABRICADAS EM NYLON, DE 20MM DE COMPRIMENTO, ADERIDA FIRMEMENTE NUMA HASTE PLÁSTICA DE 180MM DE COMPRIMENTO. COMPRIMENTO TOTAL: 200MM; 01 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA, COM 176MM; 01 PAR DE LUVAS EVA, TAMANHO ÚNICO; 01 ESPÉCULO VAGINAL. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.				
77	KIT DE ESPÉCULO VAGINAL MÉDIO MODELO COLLINS COM PARAFUSO PREVIAMENTE ROSQUEADO, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 165MM DE COMPRIMENTO TOTAL, 116MM DE EIXO LONGITUDINAL; 33MM NA SUA MAIOR LARGURA DISTAL; 30MM DE LARGURA PROXIMAL. USO ÚNICO, ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO+FILME POLIETILENO/POLIPROPILENO, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. ITENS INCLUSOS: 01 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 8,5 CM X 3,8 CM X 0,5 CM, COM 01 LÂMINA LAPIDADA DE VIDRO DE 7,6 CM X 2,6 CM E 1 MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA DESTACADA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE; 01 ESCOVA CERVICAL, COM CERDAS FABRICADAS EM NYLON, DE 20MM DE COMPRIMENTO, ADERIDA FIRMEMENTE NUMA HASTE PLÁSTICA DE 180MM DE COMPRIMENTO. COMPRIMENTO TOTAL: 200MM; 01 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA, COM 176MM; 01 PAR DE LUVAS EVA, TAMANHO ÚNICO; 01 ESPÉCULO VAGINAL. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER À LEISLAÇÃO ATUAL E VIGENTE. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	KIT	3.500	R\$ 4,60	R\$ 16.100,00
78	KIT DE ESPÉCULO VAGINAL PEQUENO MODELO COLLINS COM PARAFUSO PREVIAMENTE ROSQUEADO, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 155MM DE COMPRIMENTO TOTAL, 110MM DE EIXO LONGITUDINAL; 29MM NA SUA MAIOR LARGURA DISTAL; 24MM DE LARGURA PROXIMAL. USO ÚNICO, ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO+FILME POLIETILENO/POLIPROPILENO, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. ITENS INCLUSOS: 01 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 8,5 CM X 3,8 CM X 0,5 CM, COM 01 LÂMINA LAPIDADA DE VIDRO DE 7,6 CM X 2,6 CM E 1 MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA DESTACADA PARA IDENTIFICAÇÃO DO	KIT	3.000	R\$ 3,70	R\$ 11.100,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	PACIENTE; 01 ESCOVA CERVICAL, COM CERDAS FABRICADAS EM NYLON, DE 20MM DE COMPRIMENTO, ADERIDA FIRMEMENTE NUMA HASTE PLÁSTICA DE 180MM DE COMPRIMENTO. COMPRIMENTO TOTAL: 200MM; 01 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA, COM 176MM; 01 PAR DE LUVAS EVA, TAMANHO ÚNICO; 01 ESPÉCULO VAGINAL. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER À LEISLAÇÃO ATUAL E VIGENTE. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.				
79	Teste Rápido de Troponina Cardíaca- Caixa com 25 unidades de cassetes de teste, 25 conta-gotas, 1 tampão e 1 instrução de uso	CAIXA	20	R\$ 350,06	R\$ 7.001,20
<b>VALOR TOTAL LOTE 03</b>					<b>R\$ 488.803,73</b>

LOTE 04					
1	LUVA, CIRÚRGICA, N° 6,0 DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. ( PAR) APRESENTAR CATALOGO, REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	PAR	3.000	R\$ 2,41	R\$ 7.230,00
2	LUVA, CIRURGICA, N° 7,0 DESCARTAVEL, ESTERIL (PAR), REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	PAR	3.000	R\$ 2,36	R\$ 7.080,00
3	LUVA, CIRURGICA, N° 7,5 DESCARTAVEL, ESTERIL (PAR). REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	PAR	5.000	R\$ 2,68	R\$ 13.400,00
4	LUVA CIRURGICA, N° 8,0 DESCARTAVEL, ESTERIL, PAR. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	PAR	5.000	R\$ 2,48	R\$ 12.400,00
5	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N° 8,5, DESCARTÁVEL. ESTERIL (PAR). APRESENTAR CATALOGO, REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	PAR	5.000	R\$ 2,44	R\$ 12.200,00
6	LUVA DE VINIL SEM PÓ, PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES TAMANHO G. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	500	R\$ 31,48	R\$ 15.740,00
7	LUVA DE VINIL SEM PÓ, PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES TAMANHO M. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	500	R\$ 30,83	R\$ 15.415,00
8	LUVA DE VINIL SEM PÓ, PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES TAMANHO P. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	500	R\$ 30,21	R\$ 15.105,00
9	AVENTAL TNT IMPERMEÁVEL LONGO (GRAMATURA MÍNIMA DE 30 G/M2) COM MANGAS LONGAS DESCARTÁVEL PCT. C/10. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	PACOTE	500	R\$ 63,55	R\$ 31.775,00





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



10	MACACÃO DE PROTEÇÃO IMPERMEAVEL MANGA LONGA PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	200	R\$ 30,92	R\$ 6.184,00
11	MASCARA, CIRURGICA, TRIPLA, DESCARTAVEL, SIMPLES, DE USO HOSPITALAR. CX C/ 50 UNDS	CAIXA	4.000	R\$ 8,21	R\$ 32.840,00
12	MÁSCARA DE PROTEÇÃO N95- CLIPE NASAL MALEÁVEL E UM ELÁSTICO PARA MELHOR AJUSTE. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	1.000	R\$ 8,04	R\$ 8.040,00
13	TOUCA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, COR BRANCA, C/ ELÁSTICO, 100% POLIPROPILENO, HIPOALÉRGICA E ATÓXICA. PACOTE C/100 UNID. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	PACOTE	400	R\$ 25,02	R\$ 10.008,00
14	MÁSCARA PARA MICRONEBULIZAÇÃO, DISPOSITIVO ESTERILIZÁVEL, USADO PARA APLICAÇÃO DE MEDICAMENTO INALATÓRIO EM FORMA DE AEROSSOL, COM GRADUAÇÃO NO COPO DOSADOR DE 5 A 20 ML. POSSUINDO CONECTOR ROTATIVO PARA FACILITAR A MOVIMENTAÇÃO DO PACIENTE. SUA COMPOSIÇÃO: MÁSCARA: PVC CONECTOR: POLICARBONATO NEBULIZADOR: POLICARBONATO + POLIPROPILENO CINTA ELÁSTICA: LIVRE DE LÁTEX TUBO DE OXIGÊNIO: PVC COM +/- 2,05 METROS DE COMPRIMENTO POSSUEM MODELO COM MÁSCARA PARA ADULTOS E PEDIÁTRICO, MODELO ADAPTÁVEL PARA CONECTOR HOSPITALAR PARA OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO DE USO HOSPITALAR.	UNIDADE	200	R\$ 19,30	R\$ 3.860,00
15	COLAR, CERVICAL, DE POLIETILENO COM ABERTURA ANTERIOR PARA REALIZAÇÃO DE CRICOTIREODOSTOMIA, POSSUINDO UM APOIO MENTONIANO COM LIGAÇÃO DO MENTO A FÚRCULA EXTERNA, POSSUINDO VELCRO DE FIXAÇÃO NA PARTE EXTERNA, TAMANHO G. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	10	R\$ 26,75	R\$ 267,50
16	COLAR, CERVICAL, DE POLIETILENO COM ABERTURA ANTERIOR PARA REALIZAÇÃO DE CRICOTIREODOSTOMIA, POSSUINDO UM APOIO MENTONIANO COM LIGAÇÃO DO MENTO A FÚRCULA EXTERNA, POSSUINDO VELCRO DE FIXAÇÃO NA PARTE EXTERNA, TAMANHO M. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	10	R\$ 31,25	R\$ 312,50
17	COLAR, CERVICAL, DE POLIETILENO COM ABERTURA ANTERIOR PARA REALIZAÇÃO DE CRICOTIREODOSTOMIA, POSSUINDO UM APOIO MENTONIANO COM LIGAÇÃO DO MENTO A FÚRCULA EXTERNA, POSSUINDO VELCRO DE FIXAÇÃO NA PARTE EXTERNA, TAMANHO P. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	10	R\$ 28,11	R\$ 281,10



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



18	COLAR, CERVICAL, DE POLIETILENO COM ABERTURA ANTERIOR PARA REALIZAÇÃO DE CRICOTIREODOSTOMIA, POSSUINDO UM APOIO MENTONIANO COM LIGAÇÃO DO MENTO A FÚRCULA EXTERNA, POSSUINDO VELCRO DE FIXAÇÃO NA PARTE EXTERNA, TAMANHO PP. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	10	R\$ 27,97	R\$ 279,70
19	MASCARA NÃO REINALANTE ADULTO	UNIDADE	100	R\$ 26,22	R\$ 2.622,00
20	MASCARA NÃO REINALANTE PEDIATRICO	UNIDADE	80	R\$ 24,27	R\$ 1.941,60
21	MASCARA DE VENTURI ADULTO	UNIDADE	100	R\$ 26,65	R\$ 2.665,00
22	MASCARA DE VENTURI PEDIATRICO	UNIDADE	80	R\$ 29,49	R\$ 2.359,20
<b>VALOR TOTAL LOTE 04</b>					<b>R\$ 202.005,60</b>

<b>LOTE 05</b>					
1	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO Nº 0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 3,0CM. 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	20	R\$ 154,56	R\$ 3.091,20
2	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO 0-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 4,0CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	150	R\$ 155,80	R\$ 23.370,00
3	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO Nº 0, FIO C/ 90CM DE COMP, C/AG. 5,0CM. 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	30	R\$ 153,17	R\$ 4.595,10
4	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO Nº 1, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 3,5CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	30	R\$ 158,46	R\$ 4.753,80
5	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO Nº 1, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 4,0CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	50	R\$ 153,55	R\$ 7.677,50
6	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO 2-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 2,5CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	30	R\$ 152,50	R\$ 4.575,00
7	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO 2-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 3,0CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	30	R\$ 153,37	R\$ 4.601,10
8	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO 2-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 4CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	30	R\$ 153,46	R\$ 4.603,80
9	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO 4-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 2,0CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	30	R\$ 157,06	R\$ 4.711,80
10	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO 3-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 2,5CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	30	R\$ 153,84	R\$ 4.615,20
11	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO 3-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 3,0CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	30	R\$ 153,83	R\$ 4.614,90



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



12	FIO P/ SUTURA CATGUT CROMADO 3-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 4,0CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	50	R\$ 156,79	R\$ 7.839,50
13	FIO P/ SUTURA CATGUT SIMPLES 0-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 4,0CM 1/2 CIRCULO CILINDRICA. CX C/ 24 UND.	CAIXA	50	R\$ 154,01	R\$ 7.700,50
14	FIO, P/ SUTURA, CATGUT SIMPLES N. 0-0, FIO C/ 90CM DE COMP, C/AG. 5,0 CM CM E 1/2 CIRCULO, CILINDRICA. C/ 24 ENV.	CAIXA	30	R\$ 157,33	R\$ 4.719,90
15	FIO P/ SUTURA,NYLON MONOFILAMENTAR N. 3-0, 45CM, AGULHA D/ 2,4CM E 3/8 D/CIRCULO, CORTANTE,CUTICULAR. CX C/ 24 UND	CAIXA	30	R\$ 51,65	R\$ 1.549,50
16	FIO, P/ SUTURA, CATGUT SIMPLES N. 3-0, FIO C/ 75CM DE COMP, C/AG. 3,0 CM CM E 1/2 CIRCULO, CILINDRICA. C/ 24 ENV.	CAIXA	30	R\$ 154,71	R\$ 4.641,30
17	FIO, P/ SUTURA, CATGUT SIMPLES N. 4-0, FIO C/ 75CM DE COMP, AGULHA DE 2,0CM E 1/2 CIRCULO, CILINDRICA. C/ 24 ENV.	CAIXA	30	R\$ 154,16	R\$ 4.624,80
18	FIO P/ SUTURA DE POLIPROPILENO Nº 1.0 C/ 75CM DE COMP, C/AG. 4.0 CM, 3/8 CÍRCULOS, CILÍNDRICA. CX C/ 24 UND. (FECHAMENTO GERAL, GINECOLÓGICO E OBSTETRÍCIA)	CAIXA	30	R\$ 164,64	R\$ 4.939,20
19	FIO P/ SUTURA EM NYLON MONOFILAMENTAR N. 0-0, FIO C/ 45CM DE COMP, C/AG. 3,0CM E 3/8 DE CÍRCULO. CX C/ 24 UND.	CAIXA	50	R\$ 48,53	R\$ 2.426,50
20	FIO P/ SUTURA EM NYLON MONOFILAMENTAR N. 1-0, FIO C/ 45CM DE COMP, C/AG. 4,0CM E 3/8 DE CÍRCULO. CX C/ 24 UND.	CAIXA	100	R\$ 49,05	R\$ 4.905,00
21	FIO P/ SUTURA EM NYLON MONOFILAMENTAR N. 2-0, FIO C/ 45CM DE COMP, C/AG. 4,0CM E 3/8 DE CÍRCULO. CX C/ 24 UND.	CAIXA	50	R\$ 45,70	R\$ 2.285,00
22	FIO P/ SUTURA EM NYLON MONOFILAMENTAR N. 3-0, FIO C/ 45CM DE COMP, C/AG. 3,0CM E 3/8 DE CÍRCULO. CX C/ 24 UND.	CAIXA	50	R\$ 43,44	R\$ 2.172,00
23	FIO P/ SUTURA EM NYLON MONOFILAMENTAR N. 4-0, FIO C/ 45CM DE COMP, C/AG. 3,0CM E 3/8 DE CÍRCULO. CX C/ 24 UND.	CAIXA	50	R\$ 45,32	R\$ 2.266,00
24	FIO PARA SUTURA,NYLON MONOFILAMENTAR N. 5-0, 45CM, AGULHA DE 2,0CM E 3/8 DE CÍRCULO, CORTANTE, CUTICULAR. CX C/ 24 UND	CAIXA	50	R\$ 48,06	R\$ 2.403,00
25	FIO P/ SUTURA POLIGLACTINA Nº 0-0 - C/70CM DE COMP C/AG 4.0CM, 1/2 CIRCULAR, CILÍNDRICA. CX C/ 36 UND ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, VIOLETA TRANÇADO. (FECHAMENTO GERAL)	CAIXA	50	R\$ 453,79	R\$ 22.689,50



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



26	FIO P/ SUTURA POLIGLACTINA Nº 1-0 - C/70CM DE COMP C/AG 4.0CM, 1/2 CIRCULAR, CILÍNDRICA. CX C/ 36 UND ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, VIOLETA TRANÇADO. (FECHAMENTO GERAL)	CAIXA	50	R\$ 77,33	R\$ 3.866,50
27	FIO P/ SUTURA SEDA 3-0 C/AG. 1,7CM. CAIXA COM 24 UNIDADES. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	50	R\$ 75,74	R\$ 3.787,00
28	FIO P/ SUTURA SEDA 4-0 C/AG. 1,7CM. CAIXA COM 24 UNIDADES. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA	50	R\$ 72,80	R\$ 3.640,00
29	FITA, ADESIVA PARA AUTOCLAVE, DIMENSÕES 19 MM X 30 M, RESISTENTE A ALTA TEMPERATURA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	1.000	R\$ 6,92	R\$ 6.920,00
30	FITA ADESIVA HOSPITALAR, CREPE, NA COR BEGE, DIMENSÃO 19 MM X 50 M EMBALAGEM: ROLO INDIVIDUAL.	UNIDADE	3.000	R\$ 11,43	R\$ 34.290,00
<b>VALOR TOTAL LOTE 05</b>					<b>R\$ 198.874,60</b>

<b>LOTE 06</b>					
1	GEL CONDUTOR PARA ECG EMBALAGEM COM 100G. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	500	R\$ 5,56	R\$ 2.780,00
2	GEL, PARA ECG E ULTRASSOM GALÃO COM 5KG, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	GALÃO	200	R\$ 36,09	R\$ 7.218,00
3	ÁCIDO ACÉTICO A 2%. EMBALAGEM COM 01 LITRO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRASCO	30	R\$ 54,28	R\$ 1.628,40
4	ÁCIDO ACÉTICO DILUÍDO A 5%, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO AQUOSA FRASCO DE 1 LITRO.	FRASCO	20	R\$ 65,37	R\$ 1.307,40
5	ÁCIDO PARACÉTICO 2% 5L. SOLUÇÃO, CONFORME INFORME TÉCNICO NR. 02/2009 DA ANVISA PARA ESTERILIZAÇÃO E DESINFECÇÃO QUÍMICA A FRIO DE ALTO NÍVEL, COMPOSTO DE SOLUÇÃO ESTERILIZANTE E DESINFETANTE DE AÇÃO RÁPIDA, TENDO COMO PRINCÍPIO ATIVO ÁCIDO PARACÉTICO, TEMPO DE ESTERILIZAÇÃO MÁXIMA DE 30 MINUTOS E DESINFECÇÃO EM NO MÁXIMO 10 MINUTOS POSSUI PH ENTRE 5,5 A 7,0, APRESENTA DOMÍNIO SOBRE A	GALÃO	20	R\$ 223,20	R\$ 4.464,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	CORROSÃO PARA METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS, ATÓXICO E BIODEGRADÁVEL, ACOMPANHA FITAS PARA LEITURA DA CONCENTRAÇÃO DA SOLUÇÃO. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.				
6	ÁLCOOL IODADO, MEDICINAL, 0,1%, SOLUÇÃO TÓPICA, 1000ML. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	FRASCO	800	R\$ 36,05	R\$ 28.840,00
7	ÁLCOOL, ETÍLICO 70%, SOLUÇÃO ANTISSEPTICA USO EXTERNO A EMBALAGEM DEVE CONTER VENDA PROIBIDA PELO COMERCIO. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA. LIQUIDO, 1 LITRO,	FRASCO	5.000	R\$ 11,24	R\$ 56.200,00
8	ANTISSEPTICO DEGERMANTE A BASE DE CLOREXIDINA 2% 1000ML. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	FRASCO	1.000	R\$ 32,88	R\$ 32.880,00
9	CLOREXIDINA AQUOSA 0,2% DERMO SUAVE (1000ML)	FRASCO	500	R\$ 36,66	R\$ 18.330,00
10	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 0,5% SOLUÇÃO ALCOÓLICA (1000ML)	UNIDADE	50	R\$ 20,01	R\$ 1.000,50
11	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL, HIGIÊNICO E NÃO ESTÉRIL.	UNIDADE	1.000	R\$ 5,52	R\$ 5.520,00
12	FRASCO BORRIFADOR DE PLÁSTICO PVC 100% TRANSPARENTE COM PULVERIZADOR DE MÃO, COM TRAVA COM CAPACIDADE PARA 100ML	UNIDADE	100	R\$ 13,57	R\$ 1.357,00
13	KIT PARA NEBULIZAÇÃO PARA OXIGENIO, USO ADULTO. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	100	R\$ 18,93	R\$ 1.893,00
14	KIT PARA NEBULIZAÇÃO PARA OXIGENIO, USO INFANTIL. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	100	R\$ 18,82	R\$ 1.882,00
15	GLICONATO DE CLOREXIDINA 4%, SOLUÇÃO DEGERMANTE. 1 LITRO	LITRO	50	R\$ 18,57	R\$ 928,50
16	SOLUÇÃO LUGOL IODO INORGANICO 5% 250 ML	FRASCO	50	R\$ 110,23	R\$ 5.511,50
17	FIXADOR CITOLOGICO CELULAR 100 ML	FRASCO	70	R\$ 11,57	R\$ 809,90
18	AGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE GALÃO COM 5 LITROS	GALÃO	400	R\$ 19,66	R\$ 7.864,00
19	VASELINA LIQUIDA 1 LITRO	UNIDADE	50	R\$ 47,69	R\$ 2.384,50
20	AGUA, OXIGENADA, 10 VOLUMES. 01 LITRO,	UNIDADE	200	R\$ 10,59	R\$ 2.118,00
VALOR TOTAL LOTE 06					R\$ 184.916,70

LOTE 07					
1	APARELHO INALADOR E NEBULIZADOR 127/220 V ACOMPANHA KIT INALADOR ADULTO E INFANTIL	UNIDADE	40	R\$ 325,47	R\$ 13.018,80
VALOR TOTAL LOTE 07					R\$ 13.018,80





LOTE 08					
1	COMPRESSA, DE GAZE HIDRÓFILA, 7,5 X 7,5 CM, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 100 % ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS, 13 FIOS POR CM2, INODORA, INSÍPIDA, ALVEJADA, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, GORDURA, CORANTE E COM ACABAMENTO LATERAL PARA EVITAR O DESFILAMENTO. REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	90.000	R\$ 1,06	R\$ 95.400,00
2	ABAIXADOR DE LÍNGUA TIPO ESPÁTULA DE MADEIRA, PACOTE COM 100 UNIDADES, DESCARTÁVEL FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFÍCIES E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14 CM DE COMPRIMENTO; 1,3 CM DE LARGURA; 0,2 MM DE ESPESSURA.	PACOTE	1.000	R\$ 12,17	R\$ 12.170,00
3	CLAMP UMBILICAL DESCARTÁVEL, INDICADO PARA CLAMPEAMENTO/FECHAMENTO DO CORDÃO UMBILICAL. FABRICADO EM RESINA DE ENGENHARIA RESISTENTE, ATÓXICO, ANTIALÉRGICO, NA COR BRANCA, FORMATO EM V, DE CORPO ÚNICO, COM BORDAS ARREDONDAS E PARTE INTERNA DUPLAMENTE SERRILHADA, COM DESNÍVEL E SISTEMA DE TRAVAMENTO DUPLO COM LACRE DEFINITIVO. CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, ESTÉRIL, COM ABERTURA ASSÉPTICA, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	UNIDADE	1.000	R\$ 0,69	R\$ 690,00
4	PROPÉ DESCARTÁVEL TNT GRAMATURA MÍNIMA DE 30, BRANCO, DESCARTÁVEL, TIPO SAPATILHA PCT C/100 UND.	PACOTE	1.000	R\$ 21,50	R\$ 21.500,00
5	SACO PARA ÓBITO, ADULTO COBERTURA PARA ÓBITO EM POLIETILENO C/ ZIPER JUREMA (G(90X210X0,1600)).	UNIDADE	30	R\$ 30,89	R\$ 926,70
6	SACO PARA ÓBITO, ADULTO COBERTURA PARA ÓBITO EM POLIETILENO C/ ZIPER JUREMA (M (60X152X0,1500)).	UNIDADE	30	R\$ 22,57	R\$ 677,10
VALOR TOTAL LOTE 08					R\$ 131.363,80

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Prefeitura Municipal de Curaçá está enfrentando uma escassez crítica de materiais hospitalares, incluindo pensos, soluções e descartáveis, que são fundamentais para garantir um atendimento de



saúde adequado à população. Essa falta de insumos compromete a capacidade dos serviços de saúde de responderem de forma eficaz às necessidades dos pacientes, afetando diretamente a qualidade do atendimento prestado. A situação atual coloca em risco a segurança e o bem-estar dos cidadãos, além de aumentar a pressão sobre os profissionais de saúde que trabalham com recursos limitados.

Os principais afetados por esse problema são os pacientes que dependem dos serviços de saúde pública, bem como os profissionais de saúde que enfrentam desafios diários para prestar um atendimento de qualidade sem os materiais necessários. A percepção do problema por parte da população é de insatisfação e preocupação, uma vez que a falta de materiais pode levar a atrasos nos atendimentos, aumento do tempo de recuperação e, em casos extremos, comprometimento da saúde dos pacientes.

Resolver essa questão é de interesse público, pois visa garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população de Curaçá. A aquisição adequada desses materiais hospitalares resultará em benefícios significativos, como a redução do tempo de espera para atendimentos, aumento da eficiência dos procedimentos médicos e melhoria geral no atendimento ao paciente. Além disso, a solução desse problema contribuirá para a manutenção da confiança da população nos serviços de saúde pública, promovendo um ambiente mais seguro e eficaz para todos os envolvidos.

- 3.2. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO**

- 4.1. A demanda postulada não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual. A referida demanda não foi planejada anteriormente porque envolve fatores que não tinham como ser previstos pela Unidade Requisitante.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **7. DAS AMOSTRAS**

- 7.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

#### **8. DA GARANTIA DE PROPOSTA**

- 8.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

#### **9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**



- 9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.
- 9.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 9.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 9.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 11.1. Em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, no presente procedimento não aplicado os benefícios do art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

## 12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP (Sistema de Registro de Preço)**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Forma de fornecimento

- 13.2. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.

## 14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias e prazo de entrega dos produtos.

## 15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
  - 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



- 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
  - 15.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
  - 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
  - 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
  - 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos



e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

- 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
- 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
  - 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
    - 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
  - 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.





- 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

**Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;



- 15.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 15.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
- 15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 15.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

## 16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

- 16.1. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 16.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 16.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Município de Curaçá em endereço indicado na Ordem de Fornecimento.
- 16.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

- 16.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.



- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

- 17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

- 17.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
  - 17.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 17.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
  - 17.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
  - 17.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
  - 17.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 17.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
  - 17.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### **Gestor do Contrato**

- 17.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das



- prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Curaçá deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.122.0021.2.044 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1500.1002

**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.302.0021.2.105 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1500.1002



**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.302.0021.2.105 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1600.0000

**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.302.0021.2.145 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1600.0000

**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.302.0021.2.145 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1500.1002

**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.302.0021.2.152 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1500.1002

**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.305.0021.2.146 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1600.0000

**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.305.0021.2.146 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1500.1002





**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.301.0021.2.156 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1600.0000

**UNIDADE:** 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CLASSIFICAÇÃO:** 10.301.0021.2.156 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**FONTE DE RECURSO:** 1500.1002

- 18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.



- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 20.2.1. o prazo de validade;
  - 20.2.2. a data da emissão;
  - 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 20.2.5. o valor a pagar; e
  - 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 007/2026**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		
		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>E-MAIL:</b>	<b>FONE:</b>
<b>CONTATO:</b>		
<b>CNPJ:</b>		<b>INSC. ESTADUAL:</b>
<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>		<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>
<b>DADOS BANCÁRIOS: BANCO:</b>	<b>AGÊNCIA:</b>	<b>C/C:</b>
<b>OBJETO:</b>		

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PROPOSTA DE PREÇOS**

ITEM	NOME PADRONIZADO/DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Descrição dos itens em conformidade com o termo de Referência	UND	QTD		
Valor Total					

**R\$ XXXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO)**

(Cidade/Estado) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (**completar**) do Edital (**completar com identificação do edital**), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar da **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026** foi elaborada de maneira independente pelo **Licitante**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (**órgão licitante**) antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Cidade/Estado)\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_de 2026.

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**ANEXO IV**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026**

O **MUNICÍPIO DE CURAÇÁ**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na praça bom jesus da boa morte, n 311, Estado da Bahia, CEP 48.950-000, inscrito no CNPJ n.º 13 915.640/0001-73, representada neste ato pelo Chefe do Poder Executivo, o senhor **ROBSOM MURILO BOMFIM DA SILVA**, brasileiro, casado, agente político, com endereço residencial na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Centro, CEP \_\_\_\_\_, nesta cidade de Curaçá, Estado da Bahia, portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ – SSP/BA, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a pessoa jurídica de direito privado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, neste ato representada através do seu Contrato Social pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade n.º XXXXX – SSP/XX, inscrito no CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, resolvem **registrar os preços** para eventual e futura contratação do objeto descrito no Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 007/2026**, em conformidade com o **Processo Administrativo nº 016/2026**, com fundamento nos arts. **82 a 86 da Lei nº 14.133/2021**, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**1. OBJETO**

**1.1.** A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO HOSPITALAR, SOLUÇÕES E DESCARTÁVEIS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e na proposta da **DETENTORA DA ATA**.

**2. DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO:**



ITENS	NOME PADRONIZADO/DESCRIÇÃO	U.M.	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**2.1.** Os preços registrados correspondem aos valores constantes da proposta apresentada pela **DETENTORA DA ATA**, os quais ficam formalmente registrados neste instrumento, sem gerar direito subjetivo à contratação, servindo de base para as futuras e eventuais contratações que venham a ser celebradas pelo Município, mediante a emissão de instrumento contratual próprio ou instrumento equivalente, observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária.

**2.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a contratar, facultando-lhe, inclusive, a realização de nova licitação para o mesmo objeto, desde que comprovada a vantajosidade, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos da legislação vigente.

### **3. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA RENOVAÇÃO DE SALDO**

**3.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que, previamente à prorrogação, seja comprovada, de forma motivada, a vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado atualizada, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.** A vigência da Ata de Registro de Preços constitui o limite temporal máximo para a utilização dos preços nela registrados, sendo vedada a emissão de contratos, ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes após o seu término, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

**3.3.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, caracterizando-se o Sistema de Registro de Preços como instrumento de planejamento, sendo facultada a não utilização da Ata, desde que devidamente motivada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.4.** Os contratos administrativos decorrentes da Ata de Registro de Preços deverão ser firmados exclusivamente durante a sua vigência, podendo ser prorrogados ou aditados na forma da lei, desde que observados os requisitos legais, a disponibilidade orçamentária e a manutenção do interesse público.

**3.5.** A renovação de saldo dos quantitativos registrados somente será admitida quando:

- a)** Ocorrer a prorrogação formal da vigência da Ata de Registro de Preços;
- b)** Os quantitativos renovados estejam limitados aos valores máximos originalmente registrados; e
- c)** Reste comprovada, de forma expressa, prévia e devidamente motivada, a vantagem econômica da manutenção dos preços registrados, mediante a realização de pesquisa de mercado atualizada e formalmente

documentada, que demonstre a compatibilidade dos valores com aqueles praticados no mercado no momento da prorrogação, em observância aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, vedada a prorrogação automática da Ata de Registro de Preços ou a utilização indiscriminada de saldos remanescentes sem a correspondente justificativa técnica e econômica, em consonância com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e com o entendimento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.”

#### **4. ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo, nos termos da legislação vigente, em decorrência de:

- a)** Eventual redução dos preços praticados no mercado; ou
- b)** Fato superveniente devidamente comprovado que eleve o custo dos bens ou serviços registrados,
- c)** Cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores registrados, observadas as disposições do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores registrados para negociarem a redução dos preços aos valores compatíveis com os de mercado.

**4.3.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, observadas as disposições legais e regulamentares.

**4.4.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado será mantida conforme a classificação original do certame.

**4.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá, mediante justificativa formal:

- a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, desde que a comunicação ocorra antes da formalização da contratação ou do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidades, após a confirmação da veracidade dos motivos e da documentação apresentada; e
- b)** Convocar os demais fornecedores registrados, respeitada a ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação

**4.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, conforme o caso, adotando as medidas necessárias para a obtenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

**4.7.** A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada nas demais hipóteses, mediante decisão devidamente motivada e assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

## 5. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

5.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais e demais entidades controladas pelo Poder Executivo Municipal que participaram da fase de planejamento e dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços, conforme indicado no preâmbulo desta Ata.

5.2. Compete aos órgãos participantes:

- a) Consultar previamente o órgão gerenciador, com a finalidade de obter a indicação do fornecedor registrado, a verificação da disponibilidade de saldo dos quantitativos registrados e a confirmação dos preços vigentes;
- b) Formalizar, junto ao órgão gerenciador, a manifestação de interesse na contratação, com a indicação do quantitativo pretendido, observados os limites registrados e a vigência da Ata;
- c) Promover os atos administrativos necessários à contratação, inclusive empenho, liquidação e pagamento das despesas, diretamente ao fornecedor, com recursos próprios, salvo se houver disposição expressa em sentido diverso no edital ou na própria Ata, devidamente justificada e formalizada.

## 6. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais e demais entidades controladas pelo Poder Executivo Municipal que não tenham participado dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços, desde que observadas as condições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

- a) A utilização de que trata o caput dependerá de prévia solicitação formal do órgão ou entidade interessada ao órgão gerenciador da Ata, que deverá se manifestar expressamente quanto à possibilidade de adesão, mediante decisão devidamente motivada.

6.2. A adesão por órgão não participante ficará condicionada à anuência expressa da **DETENTORA DA ATA** de Registro de Preços, desde que a adesão não comprometa o atendimento das obrigações assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes, observados os quantitativos registrados e a vigência da Ata.

6.3. As contratações decorrentes de adesões por órgãos não participantes:

- a) Não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados para cada item na Ata de Registro de Preços; e
- b) O somatório das contratações realizadas por órgãos não participantes não poderá exceder ao quádruplo dos quantitativos originalmente registrados para cada item, independentemente do número de adesões autorizadas.

**6.4.** A autorização para adesão pelo órgão gerenciador somente poderá ocorrer após a efetiva contratação inicial por, no mínimo, um dos órgãos participantes da Ata, em consonância com o entendimento consolidado dos órgãos de controle externo.

**6.5.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá formalizar a contratação no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, observado, em qualquer hipótese, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

**6.6.** Compete exclusivamente ao órgão não participante:

- a)** Praticar os atos administrativos necessários à contratação, inclusive empenho, liquidação e pagamento;
- b)** Exigir da **DETENTORA DA ATA** o fiel cumprimento das obrigações assumidas;
- c)** Apurar eventuais infrações contratuais e aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e
- d)** Comunicar formalmente ao órgão gerenciador quaisquer ocorrências relevantes, inclusive sanções aplicadas, para fins de controle e registro.

**6.7.** O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá se manifestar acerca do interesse em fornecer para o órgão não participante, desde que não fiquem prejudicadas as obrigações presentes e futuras resultantes da ata, assumidas com órgão gerenciador e órgãos participantes.

**6.8.** As aquisições ou contratações por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços.

- a)** O total de utilização de cada item não poderá exceder ao quádruplo do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**6.9.** O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata de Registro de Preços após a primeira prestação de serviço ou contratação por órgão integrante da ata.

**6.10.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a prestação de serviço ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**6.11.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à exigência do cumprimento pelo fornecedor das obrigações assumidas e a aplicação, observados a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **7. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**7.1.** Compete ao órgão gerenciador exercer a coordenação, o controle e a administração do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, incumbindo-lhe, especialmente:

- a) **Gerenciar a Ata de Registro de Preços**, promovendo o controle global dos quantitativos registrados e de sua utilização pelos órgãos participantes e, quando autorizados, pelos órgãos não participantes, de modo a assegurar o fiel cumprimento dos limites legais e regulamentares;
- b) **Conduzir, quando cabível, a renegociação dos preços registrados**, observados os princípios da economicidade, da vantajosidade e do interesse público, devidamente motivada e formalizada;
- c) **Autorizar e controlar a celebração dos contratos administrativos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços**, assegurando que ocorram exclusivamente dentro de sua vigência;
- d) **Comunicar formalmente aos órgãos participantes a celebração de contratos decorrentes da Ata**, bem como suas eventuais alterações, quando estas impactarem o gerenciamento do SRP;
- e) **Providenciar a formalização, coleta de assinaturas e a publicação da Ata de Registro de Preços**, bem como de seus termos aditivos ou alterações, na imprensa oficial, nos prazos legais;
- f) **Acompanhar e avaliar a execução global da Ata de Registro de Preços**, sem prejuízo das atribuições específicas dos fiscais e gestores dos contratos firmados pelos órgãos contratantes;
- g) **Prestar aos fornecedores registrados as informações e esclarecimentos necessários**, estritamente relacionados à gestão da Ata de Registro de Preços;
- h) **Manter registro formal e atualizado das ocorrências relevantes** relacionadas ao cumprimento da Ata, especialmente aquelas que possam impactar a regularidade, a vantajosidade ou a continuidade do registro;
- i) **Adotar providências administrativas para prevenir ou sanar irregularidades** relacionadas à Ata de Registro de Preços, inclusive comunicando os órgãos contratantes quando identificadas situações que possam comprometer a execução contratual;
- j) **Exercer a supervisão do SRP**, diretamente ou por servidores formalmente designados, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva dos órgãos contratantes pela fiscalização da execução dos contratos por eles firmados;
- k) **Notificar formalmente o fornecedor registrado** acerca de irregularidades que afetem a Ata de Registro de Preços, quando constatadas no âmbito da gestão do SRP, para adoção das medidas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

## **8. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

**8.1. A DETENTORA DA ATA** de Registro de Preços obriga-se a celebrar os instrumentos contratuais, ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes sempre que convocada pelo órgão gerenciador ou pelos órgãos participantes, durante a vigência da Ata, observadas as condições estabelecidas no edital, em seus anexos, na proposta vencedora e na presente Ata, bem como o disposto na Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe, ainda:

- a) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e no momento da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, apresentando ao órgão gerenciador ou ao órgão contratante os documentos comprobatórios sempre que solicitados;



- b)** Submeter-se integralmente às normas e condições estabelecidas no edital e em seus anexos, que integram esta Ata de Registro de Preços independentemente de transcrição;
- c)** Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus e obrigações decorrentes da legislação fiscal, civil, tributária, previdenciária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores, empregados ou terceiros, em razão da execução do objeto registrado;
- d)** Substituir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, os bens fornecidos ou serviços prestados que apresentarem vícios, defeitos, imperfeições, deteriorações ou quaisquer irregularidades, ainda que constatados após o recebimento definitivo ou o pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- e)** Não transferir, ceder ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto registrado, sem a prévia e expressa autorização da Administração, observadas as disposições do edital e da Lei nº 14.133/2021;
- f)** Informar e manter atualizados, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços e sempre que houver alteração, os dados bancários necessários para a realização dos pagamentos devidos, sendo de sua exclusiva responsabilidade eventuais atrasos decorrentes de informações incorretas ou desatualizadas.

## **9. LOCAL DE ENTREGA DOS BENS:**

**9.1.** O fornecimento dos bens deverá ser realizado em perfeitas condições, no prazo, quantitativos e locais previamente indicados pela Administração, em estrita observância às especificações constantes do Edital, de seus anexos, da proposta apresentada e dos instrumentos contratuais dela decorrentes.

**9.1.1.** A entrega dos bens deverá ser acompanhada da correspondente Nota Fiscal/Fatura, contendo a descrição detalhada, clara e compatível dos itens fornecidos, com indicação de quantidades, marca, modelo e demais características exigidas, para fins de conferência, recebimento e atesto pela Administração.

**9.1.2.** Os locais de entrega poderão variar conforme a necessidade da Administração, dentro do território do Município, desde que formalmente indicados na ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, não sendo devido qualquer acréscimo de valor, salvo previsão expressa em contrário.

**9.1.3.** Os bens entregues estarão sujeitos à verificação de conformidade quanto às especificações técnicas, podendo a Administração recusar, total ou parcialmente, aqueles que apresentarem divergências, vícios, defeitos ou desacordo com o edital e a proposta, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **10. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**10.1.** Os bens fornecidos serão recebidos pela Administração, observados os procedimentos e prazos previstos no Termo de Referência, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente,** no ato da entrega, para efeito de conferência quantitativa e de verificação preliminar da conformidade dos bens com as especificações técnicas constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada;

**b) Definitivamente**, após a verificação detalhada da conformidade dos bens com as especificações técnicas exigidas, bem como da qualidade, funcionalidade e adequação ao uso a que se destinam, e sua consequente aceitação formal pela Administração, no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

**10.2.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser realizada dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á o recebimento definitivo automaticamente consumado no dia do esgotamento do referido prazo, desde que não tenha havido manifestação formal da Administração quanto à existência de irregularidades.

**10.3.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com as especificações técnicas exigidas, podendo determinar sua substituição, correção ou complementação, às expensas do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**10.4.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade, durabilidade e adequação dos bens fornecidos, nos termos da legislação vigente e das condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

## **11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1.** Os pagamentos serão efetuados após o atesto do setor competente, que certificará o recebimento provisório ou definitivo do objeto, conforme o caso, e de acordo com o cronograma financeiro da Administração, observadas as disposições contratuais e a disponibilidade orçamentária.

**9.1.1.** Na data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a **CONTRATADA/DETENTORA DA ATA** deverá comprovar estar em situação regular, mediante a apresentação, em plena vigência, dos seguintes documentos:

- a)** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- b)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- c)** Certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal (conjunta da Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.

**9.1.2.** A ausência ou irregularidade de qualquer dos documentos elencados no item anterior impedirá o pagamento até a sua regularização, sem que disso resulte direito à atualização financeira ou indenização.

**9.1.3.** O pagamento será efetuado pela Administração à empresa contratada mensalmente, conforme o fornecimento efetivamente realizado, exclusivamente por meio de crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA**, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada quanto ao recebimento do objeto.

**11.2.** Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, inclusive correção de documentos fiscais ou comprobatórios, o prazo para pagamento ficará suspenso, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que forem integralmente cumpridas as exigências, não sendo devida qualquer atualização financeira no período.

**11.3.** O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pela **CONTRATADA** por meio de Nota Fiscal/Fatura, emitida de acordo com a legislação vigente, após a formalização do contrato, da ordem de fornecimento ou de instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e após a emissão da respectiva Nota de Empenho.

**11.4.** A entrega do material ou a prestação do serviço para determinada unidade administrativa não poderá ser recusada pela **CONTRATADA** em razão de débitos eventualmente existentes relativos a outras unidades ou contratos distintos, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital, nesta Ata e na legislação vigente.

## **12. PENALIDADES:**

### **Das Infrações Administrativas no Âmbito da Ata de Registro de Preços:**

**12.1.** Comete infração administrativa, no âmbito do procedimento licitatório e da Ata de Registro de Preços, o licitante ou o fornecedor registrado que, com dolo ou culpa:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não apresentar qualquer documento solicitado pelo órgão gerenciador durante o procedimento licitatório;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração, não mantiver a proposta registrada, especialmente quando:
  - Não apresentar proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação;
  - Recusar-se a apresentar o detalhamento da proposta, quando exigido;
  - Solicitar a própria desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;
  - Deixar de apresentar amostra, quando exigida;
  - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações constantes do Edital e da Ata;
- c) Não assinar a Ata de Registro de Preços, não aceitar ou não retirar instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento licitatório ou durante a vigência da Ata;
- e) Fraudar o procedimento licitatório;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - Agir em conluio ou em desconformidade com a legislação aplicável;
  - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - Apresentar amostra falsificada, adulterada ou deteriorada;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Sistema de Registro de Preços;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **Das Sanções Administrativas Aplicáveis:**

**12.2.** Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e aos fornecedores registrados, no âmbito da licitação e da presente Ata de Registro de Preços, as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Dos Critérios para Aplicação das Sanções:**

**12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração;
- b) As circunstâncias do caso concreto;
- c) Os prejuízos causados à Administração;
- d) A vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- e) A existência de programa de integridade efetivamente implementado, quando aplicável.

**Das Multas no Âmbito do Sistema de Registro de Preços:**

**12.4.** A multa será aplicada em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre:

- a) O valor estimado do item ou do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços, quando não houver contrato celebrado; ou.
- b) O valor do contrato ou instrumento equivalente, quando a infração estiver relacionada à contratação decorrente da Ata.

**12.4.1.** Para as infrações previstas **nas alíneas a), b) e c) do item 12.1**, poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) da base de cálculo definida no **item 12.4**.

**12.4.2.** Para as infrações previstas **nas alíneas d), e), f), g) e h) do item 12.1**, poderá ser aplicada multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) da base de cálculo definida **no item 12.4**.

**12.4.3.** O percentual exato da multa será expressamente motivado, observados os critérios estabelecidos **no item 12.3** desta Ata.

**12.4.4.** A multa deverá ser recolhida no prazo fixado na decisão administrativa que a aplicar, assegurado o direito à ampla defesa.

**Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**12.5.** A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada em decorrência das infrações previstas **nas alíneas a), b) e c) do item 12.1**, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave, e impedirá o sancionado de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo sancionador pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

**Da Declaração de Inidoneidade**

**12.6.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada em decorrência das infrações previstas **nas alíneas d), e), f), g) e h) do item 12.1.** bem como quando a gravidade da infração justificar penalidade superior ao impedimento, observado o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **Do Processo Administrativo e dos Recursos**

**12.7.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade dependerá da instauração de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos efetivos ou estáveis, na forma da lei.

**12.8.** Caberá recurso administrativo no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar.

**12.9.** Caberá pedido de reconsideração no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

**12.10.** O recurso administrativo e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

**12.11.** A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

**12.12.** Não será efetivado pagamento decorrente de contratação futura baseada nesta Ata de Registro de Preços enquanto houver multa administrativa vencida e não quitada, salvo se suspensa sua exigibilidade.

### **13. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

**13.1.** O registro do fornecedor poderá ser cancelado, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador, mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nesta Ata e na legislação aplicável:

**13.2.** O registro do fornecedor será cancelado quando o fornecedor registrado:

- a)** Descumprir as condições e obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços;
- b)** Não retirar a nota de empenho, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa formal e aceita pelo órgão gerenciador;
- c)** Não aceitar reduzir o preço registrado, sem justificativa aceita pela Administração, na hipótese de este se tornar superior ao preço praticado no mercado;
- d)** Sofrer sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.** O cancelamento do registro não prejudica a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nem exonera o fornecedor das responsabilidades decorrentes de perdas e danos causados à Administração.

**13.4.** O cancelamento do registro do fornecedor implicará a exclusão do respectivo item ou itens da Ata de Registro de Preços, podendo a Administração convocar os demais fornecedores registrados, observada a ordem de classificação e as condições estabelecidas no edital e nesta Ata.



13.5. O cancelamento do registro produzirá efeitos a partir da data da decisão administrativa definitiva, devidamente motivada e formalizada nos autos do processo administrativo.

#### **14. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO:**

14.1. O registro de preços poderá ser cancelado, total ou parcialmente, nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços, bem como em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado e justificado, oriundo de caso fortuito ou força maior, que inviabilize ou prejudique o cumprimento das obrigações assumidas.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer:

- a) **Por iniciativa da Administração**, quando presente motivo de interesse público devidamente motivado;
- b) **A pedido do fornecedor registrado**, desde que comprovada a impossibilidade de cumprimento da Ata, aceita pelo órgão gerenciador.

14.3. O cancelamento do registro de preços, inclusive de forma parcial, por item ou quantitativo, será realizado a critério do órgão gerenciador, mediante decisão administrativa devidamente motivada.

14.4. O cancelamento do registro de preços não prejudica a aplicação das sanções administrativas eventualmente cabíveis, nem exonera as partes das responsabilidades decorrentes de obrigações já assumidas.

14.5. A decisão que cancelar o registro de preços produzirá efeitos a partir de sua formalização, assegurados, quando aplicável, o contraditório e a ampla defesa.

#### **15. DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curaçá, Estado da Bahia, como o competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do cumprimento, interpretação ou execução desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. A presente Ata de Registro de Preços vincula as partes signatárias, bem como os órgãos participantes e, quando autorizado, os órgãos não participantes, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação municipal aplicável e das cláusulas aqui pactuadas.

15.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o instrumento convocatório, seus anexos, a proposta vencedora e os demais atos administrativos que lhe deram origem.

Curaçá/BA, XX de xxxxxxxxxxxx de 2026.

---

**ROBSOM MURILO BOMFIM**

Prefeito Municipal

**GERENCIADOR DA ATA**

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº. XXXXXXXXXXXXXXX

**DETENTORA DA ATA**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**ANEXO V**

**MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2026**

**“CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE  
CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE  
CURAÇÁ-BAHIA, E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA  
ABAIXO:”**

**O MUNICÍPIO DE CURAÇÁ**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na praça bom jesus da boa morte, n 311, Estado da Bahia, CEP 48.950-000, inscrito no CNPJ n.º 13 915.640/0001-73, representada neste ato pelo Chefe do Poder Executivo, o senhor ROBSOM MURILO BOMFIM, brasileiro, casado, agente político, com endereço residencial na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nesta cidade de Curaçá, Estado da Bahia, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXXX – SSP/BA, inscrito no CPF nº 289.806.465-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a pessoa jurídica de direito privado XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada na forma do seu Contrato Social pela Sr (a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo celebrar o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021, originário do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026** e oriundo do **Processo Administrativo Licitatório nº 016/2026**, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** Constitui objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO HOSPITALAR, SOLUÇÕES E DESCARTÁVEIS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**1.2.** Objeto da Contratação:

ITEM	DESCRIPTIVO	UM	QTD	MARCA	V. UNIT	V.TOTAL
1	XXXXXXXXXX	XX	XXX	XXXX	XXXX	XXXXX
VALOR GLOBAL						

**1.3.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1.** O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. A Proposta da **CONTRATADA**; e

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do presente contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por até 10 anos.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)**

### **5.1. PREÇO:**

5.1.1. O valor global da contratação é de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XX)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela **CONTRATADA**.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

### **5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da 14.133/21.

5.3.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**5.3.2.** No caso de atraso pelo **CONTRATANTE**, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

#### **5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.4.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

**5.4.2.** Quando houver glosa parcial do objeto, o **CONTRATANTE** deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**5.4.3.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão **CONTRATANTE**;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**5.4.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

**5.4.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano.

**6.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**6.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI E XIV)**

**7.1.** São obrigações do **CONTRATANTE**:

**7.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

**7.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**7.1.3.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

**7.1.5.** Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**7.1.6.** Aplicar a **CONTRATADA**, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

**7.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

**7.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**7.1.8.1.** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

**7.1.9.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**8.1.** **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



- 8.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.2.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.1.7.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.8.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

## **CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**9.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

- 10.1.** O fornecimento dos bens será acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal a qual a serviço esteja vinculado, sendo, em cada caso, considerados os gestores do contrato, podendo sempre haver a utilização de outros servidores para eficiência da fiscalização.
- 10.2.** A Secretaria designa o servidor **XXXXXXXXXXXX**, matrícula nº **XXXX**, conforme Portaria nº **XXXXX**, como responsáveis pelo acompanhamento da execução do contrato em questão, nos termos das disposições contidas Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.
- 10.3.** Independente da fiscalização de outros servidores municipais especificamente designados, caberá ao gestor do contrato:
- a)** Inteirar-se do conteúdo do contrato, principalmente em relação às obrigações e deveres das partes;
  - b)** Verificar o fornecimento está sendo realizado em conformidade com o contrato, edital e termo de referência;
  - c)** Sugerir a autoridade competente, se não o for por si mesma, a aplicação de penalidades;

- d) Comunicar a autoridade superior as situações e providências que excedam a sua alçada;
- e) Solicitar e analisar documentos que comprovem a regularidade das obrigações da contratada, inclusive trabalhista e fiscal, podendo solicitar os documentos que comprovem a regularidade dos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, condicionando os pagamentos das faturas;
- f) Orientar demais servidores do Social na fiscalização do contrato;
- g) Outras atividades fiscalizatórias explícitas ou implícitas e necessárias ao bom andamento dos serviços.

**10.4.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

**10.5.** O **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, poderá determinar a imediata revisão que se apresentem inadequados para a execução do serviço, bem como em desconformidade com as normas legais e regulamentares de trânsito.

**10.6.** A administração poderá exigir, a qualquer tempo, a apresentação de regularidade individual dos empregados, vinculados a execução do contrato, no fornecimento de bens perante o FGTS e INSS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão Eletrônico ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

**b)** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**c)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**d)** Multa:

(1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º)

**11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

**11.8.** A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**11.9.** A **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**11.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**12.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**12.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**12.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
PROJETO/ATIVIDADE		
CLASSIFICAÇÃO		
FONTE DE RECURSO		

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

**16.1.** Incumbirá a **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

**17.1.** É eleito o Foro da Comarca de Curaçá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

**17.2.** E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, os representantes da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, juntamente com as testemunhas, abaixo e a tudo presente, para que se produzam os efeitos legais.

Curaçá/BA, XX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**



---

XXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ nº. XXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

---

**CPF:**

---

**CPF:**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE  
HABILITAÇÃO**

A (nome da empresa)....., CNPJ nº ....., com sede à .....,  
declara, que tem pleno conhecimento do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026, deflagrado  
pela Prefeitura Municipal de Curaçá/BA**, dos requisitos técnicos para o cumprimento das obrigações objeto da  
licitação, e que atende às exigências de habilitação, conforme preceitua o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021, sob  
pena das sanções cabíveis.

(Cidade/Estado)\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2026.

**(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA**

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026, acima identificado, declaramos, para os fins do art. 13, § 2º, do Decreto Federal nº 8.538/2015, a fim de receber o tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06:

**Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, declaramos:**

- ( ) Que não possuímos a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, enquadradas na Lei Complementar nº 123/06;
- ( ) Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de microempresa e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.
- ( ) Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de empresa de pequeno porte e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.
- ( ) Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de cooperativa e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, com as alterações trazidas pela Lei nº 11.488/07.
- ( ) para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 05 (cinco) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

(Cidade/Estado)\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA**

A (nome da empresa) ..... CNPJ, nº....., com sede à .....  
....., declara, sob as penas da lei, que em suas instalações, não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

(Cidade/Estado)\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS SUPERVENIENTES**

A empresa \_\_\_\_\_ (razão Social) \_\_\_\_\_ (Nome Fantasia) inscrito(a) no CNPJ nº. \_  
\_ . \_\_\_\_ . \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, com endereço à \_\_\_\_\_ e sob a responsabilidade legal de \_\_\_\_\_,  
DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data não se encontra suspenso de licitar ou impedido de  
contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou  
indireta, inexistindo fatos impeditivos para sua participação no PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026,  
estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, que possam impedir de continuar no  
processo.

DECLARA, ainda, estar ciente de que na assinatura do contrato respectivo, reafirmará a veracidade de todas as  
informações constantes da documentação apresentada quando da abertura do certame, e que a falsa declaração  
implicará cancelamento automático do mesmo.

(Cidade/Estado) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DA ATA E**  
**CONTRATO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**Dados da empresa**

**Nome:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone:**

**E-mail:**

**Dados do representante para assinatura do contrato**

**Nome:**

**Qualificação:**

**CPF:**

**RG:**

**Vínculo:**

**Endereço:**

**E-mail:**

**Telefone:**

(Cidade/Estado)\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)